

Zakwoordenboek Portugees-Nederlands, por M. Baltazar, W. Bossier e G. Van Damme com a colaboração de K. De Smet, Standaard/Thieme, 1986, LIV + 342 pp. (ISBN 90.02.15289.8, 800 francos belgas. ISBN 90.03.91329.3, 46,90 florins).

Que vocabulários e dicionários de tradução são instrumentos utilitários, que costumam surgir num contexto bem definido e nascer numa necessidade originada pelo contacto mais intensivo entre grupos de pessoas com línguas diferentes, não é surpresa para ninguém. Todavia, é interessante ver este facto mais uma vez confirmado no domínio Neerlandês-Português. Mais ainda: um olhar sobre o material existente abre-nos uma perspectiva histórica reveladora.

Assim notamos que os dicionários mais antigos estão ligados às Índias Orientais — a Indonésia de hoje — onde os Holandeses conseguiram suplantar os Portugueses nos sectores comerciais e administrativos, mas onde o neerlandês demorou muito a substituir o português que, sob forma de crioulo, funcionou no Oriente como língua franca durante séculos.

Na excelente bibliografia de W. Kloosterboer que seguimos de perto até aos anos cinquenta do nosso século, encontramos em primeiro lugar a obra de A. Alewyn e J. Collé, datando dos princípios do séc. XVIII. Inicialmente comerciante em Batávia e mais tarde funcionário público, Alewyn esperava que o livro contribuisse para substituir o português deturpado em que grande parte da população de Batávia comunicava, por um português mais puro. É divertido constatar que também naquela época a confusão acerca da denominação da língua neerlandesa era geral. Nas capas dos exemplares preservados encontram-se «língua bégica» e «língua flamenga» — sem dúvida devido ao facto de as relações de Portugal com a zona Sul dos antigos Países Baixos terem sido as mais antigas e muito intensas.

A seguir vem outro dicionário de 1780 «muito fácil para os que chegam pela primeira vez a Batávia». Kloosterboer escreve, apoiando-se em J. A. van der Chijs, que saiu uma segunda edição em 1801. Encontramos agora três línguas juntas: neerlandês-malaio-português. As datas provam-nos que o retrocesso do português a favor das duas outras línguas, mas principalmente do malaio, foi muito lento. David Lopes, que conhece os exemplares da Biblioteca Nacional de Paris e da Biblioteca Real de Haia, prefere chamar «vocabulário» ao livro e comunica, no seu interessante estudo acerca do português no Oriente, que aquele traz o português falado em Batávia com ortografia holandesa e que a ordem não é alfabética.

No entanto, não é nestas obras que as línguas neerlandesa e portuguesa figuram juntas pela primeira vez. Isso parece ter acontecido na Europa nos

fins do séc. XVI na obra «Colloquia et Dictionariolum octo linguarum [...]». Mas mencionamos a célebre obra, que deve ter sido publicada por razões sócio-económicas naquela era tão dinâmica da Europa, só de passagem, por ter a impressão que se trata mais dum manual em forma de diálogos do que dum dicionário. R. Verdeyen que estudou a sua génese, considera como seu embrião o «Vocabulare van Noël de Berlaimont», edição franco-flamenga, que data provavelmente de 1530 e que gradualmente se foi alargando, englobando mais línguas, sendo o português a oitava.

Estranhámos ter que esperar até meados do séc. XX para encontrar novos dicionários. Com efeito, as relações económicas entre Portugal e os Países Baixos actuais, que tinham diminuído muito durante a época filipina, normalizaram-se depois da Restauração — pelo menos na Europa. Estudos históricos provaram que entre 1640 e 1680 a navegação holandesa constituía cerca de 40 % do total do movimento do porto de Lisboa. E no séc. XVIII os Países Baixos são a segunda potência depois da Grã-Bretanha, tanto no comércio português de importação como no da exportação, e isso nos portos de Lisboa e do Porto. Mas talvez a boa «Gramática [...]» do Pe Carlos Folqman, residente em Lisboa, tenha preenchido esta lacuna, já que traz também listas de vocabulário e alguns diálogos. Na Biblioteca Municipal do Porto encontram-se duas edições: uma de 1742 e outra de 1804. Além disso W. Kloosterboer assinala uma edição holandesa de 1765 deste livro «muito útil para todos os senhores comerciantes», que podia servir ao mesmo tempo para os Portugueses aprenderem neerlandês e os Holandeses português, como aliás afirma o próprio autor.

Vários manuais para o estudo do português surgem nos Países Baixos a partir do último quartel do séc. XIX, alguns do tipo «Português sem mestre», «Português num mês», «Português numa semana»... Desta vez já não é para facilitar as relações económicas com Portugal, visto que tinham diminuído verticalmente ao longo do séc. XIX e continuam a baixar até à guerra de 1914-1918. A explicação do renovado interesse deve-se agora ao Brasil: às relações comerciais com certeza, mas provavelmente ainda mais à emigração. O progresso nos meios de transporte facilita as viagens. Há falta de mão-de-obra no Brasil depois da abolição da escravatura. E a muito povoada Europa passa por graves crises económicas. As duas grandes guerras vão levar a novas emigrações, tanto mais que os Países Baixos perdem a seguir à Segunda Guerra Mundial a sua colónia mais importante: a Indonésia. Não consegui estatísticas mas os próprios títulos neerlandeses de vários livros, publicados nos anos 50, falam por si: «Manual português ao serviço de emigrantes para o Brasil», «Português simples para emigrantes para o Brasil», «Português-Brasileiro simples para principiantes», «Manual prático e jeitoso da língua portuguesa, tal qual é utilizada no Brasil».

Nesta mesma onda aparecem, finalmente, um vocabulário de Guill. Emonds (1948), um dicionário de bolso de D. W. A. Kemp e J. Ph. Stol (1950) e outro de J. van Rooyen (1950).

Deste pequeno núcleo destacamos o penúltimo por ter sido o primeiro dicionário Neerlandês \pm Português editado em território neerlandófono e ter

servido de base para um dicionário de bolso que ainda está à venda. O redactor é Van der Kemp, tradutor jurado de português e espanhol, e autor de dois manuais para a aprendizagem de português, um dos quais dedicado à linguagem comercial e económica. Aliás, no Prefácio os autores dizem que o dicionário foi escrito em primeiro lugar como apoio a estes livros de estudo, mas escrevendo-o lembraram-se de o ampliar para que pudesse servir para traduções e leituras de uma maneira mais geral. Comunicam com satisfação que o compromisso ortográfico de 1945 pôs termo a uma situação caótica de longa data, o que permite apresentar o livro na nova ortografia oficial, viável em todos os países de expressão portuguesa.

Folheando este livrinho que, por um acaso feliz, encontramos no Porto, reparámos nos muitos termos comerciais que revelam a finalidade inicial. Deparamos com bastantes erros mas não vale a pena enumerá-los, visto que a obra já não é vendida assim e, aliás, devemos-lhe o respeito que merecem os pioneiros. Todavia, tivemos um pequeno choque ao ver quanto a língua neerlandesa tem evoluído num lapso de quarenta anos. Ou será que a linguagem do próprio autor já estava datada? Grande é o número de palavras antiquadas como *aamborstigheid*, *bakkeleien*, *beknorren*, *beuren*, *bleekzucht*, *boezeroen*, *dienstbode*, *doemen*, *feil*, *haardstede*, *noenmaal*, etc.

Mas dediquemos agora, depois desta digressão histórica, a nossa atenção aos dicionários que se encontram actualmente no mercado. Pelo que me consta — não raras vezes temos que lutar com faltas de informação e distribuição — são três, e todos de bolso: o minipocket Van Goor, o Berlitz e agora o Standaard/Thieme.

O dicionário de Van Goor baseou-se no trabalho de D. W. van der Kemp e J. Ph. Stol dos anos cinquenta, de que acabamos de falar, mas foi revisto por G. S. De Clerq. O Prefácio explica que a unificação ortográfica não se realizou em pleno e que por causa disso as alternativas ortográficas brasileiras se distinguem com B maiúscula, letra essa que as palavras e expressões tipicamente brasileiras também levam. Muito logicamente usa-se P para significados e expressões exclusivamente portugueses. (Este sistema foi também adoptado por outros. Mas notámos que muita coisa assinalada como brasileira está a generalizar-se em Portugal). Indica-se o género dos substantivos portugueses mas não dos neerlandeses. Os verbos portugueses estão assinalados como regulares ou irregulares e no fim encontra-se um capítulo, dedicado ao verbo português, enquanto que o neerlandês carece de indicações. Foi com este dicionário que começamos cá a nossa actividade uma dúzia de anos atrás. Costumávamos assinalar a sua existência, sem todavia o poder aconselhar realmente. Era muito limitado no número de entradas e no significado destas entradas, e a própria organização tornou-o mais útil para o neerlandófono do que para o luso. Entretanto a quinta edição foi revista por M. M. de Bruijn em 1978, principalmente no intuito de actualizar o vocabulário. A oitava edição foi acrescentada de resumos das gramáticas neerlandesa e portuguesa.

Durante umas décadas este dicionário da série Van Goor foi praticamente o único no mercado. Que a procura foi aumentando, deduzimos do número das edições. E isso compreende-se: há milhares de emigrantes portugueses em terras de expressão neerlandesa (Países Baixos e Flandres), a procura

de Portugal como país de férias aumentou, os contactos comerciais e industriais intensificaram-se e a partir de 1974 os governos portugueses mostraram-se interessados em entrar na CEE. Assim não nos admiramos que Berlitz publicasse em 1982 um dicionário de bolso em moldes geralmente conhecidos. A pequena silhueta do viajante na capa já indica a finalidade própria: destina-se em primeiro lugar aos turistas e homens/mulheres de negócios. Se os dicionários de tradução costumam ser utilitários, este vai ainda mais longe e pode ser chamado pragmático e talvez mesmo «consumista».

Isso nota-se no próprio título, onde «Neerlandês» é traduzido, sem preocupação científica, por «Holandês» (também no Van Goor). Nas muitas entradas ligadas aos sectores visados. No facto de apresentar um vasto léxico gastronómico, a indicação de numerais e horas, e finalmente um conjunto de expressões correntes. Na própria tradução de certas palavras, que visa o neerlandês actualmente falado no dia-a-dia, até com um toque de gíria bem holandesa. No facto de cada entrada ter a sua transcrição fonética. Numa certa simplificação gramatical, designando os géneros masculino e feminino como comum, por causa de terem o mesmo artigo. E também no tamanho reduzido de pouco peso que cabe com facilidade em qualquer bolso ou carteira (aliás como Van Goor). Em suma: o resultado corresponde aos desígnios da editora.

No entanto, também para o estudante pode ser útil, com as suas 12.500 entradas. O pocket orgulha-se de ser completamente bilíngue. Um asterisco remete para a lista dos verbos irregulares. O género das palavras é indicado nas duas línguas. Não me atrevo a dar um parecer acerca das transcrições fonéticas. Quanto ao vocabulário: respeitamos a opção da editora, só que às vezes preferíamos uma tradução mais precisa, mais diversificada e uma ou outra vez, até mais correcta.

No entanto, consideramos a omissão das palavras «Flandres» e «flamengo» um erro sério. Se é verdade que o dicionário menciona só os países e não as zonas, neste caso devia ter feito uma excepção: por a Flandres ser a única região europeia neerlandófono fora dos Países Baixos e por coerência interna: «flamengo» aparece várias vezes na secção culinária.

O terceiro dicionário de bolso, o que ocasionou este artigo, está ligado às editoras Standaard (Bélgica) e Thieme (Países Baixos), que contactaram o casal luso-belga Van Damme-Baltazar de Antuérpia com a finalidade de elaborarem um dicionário Português-Neerlandês que ronda as 300 páginas e um de Neerlandês-Português de aproximadamente 400. M. Baltazar nasceu em Portugal, onde se formou na Universidade de Lisboa. Trabalha agora como tradutora jurídica no tribunal e é professora no instituto Berlitz. G. Van Damme formou-se na Universidade de Gante e está ligado ao ensino, para o qual escreveu algumas publicações. W. Bossier é professor no Instituto Superior de Tradutores e Intérpretes de Antuérpia. Ele acompanhou o trabalho, responsabilizando-se essencialmente pelo contributo brasileiro e o conteúdo do capítulo teórico inicial acerca da língua portuguesa. Quem deu a forma actual a este resumo foi o lexicógrafo da Standaard, K. De Smet, que estava ligado a este projecto e deu também os toques que achou necessários

para o mercado holandês. O segundo volume, Neerlandês-Português, que muito obviamente mais interesse tem para nós em Portugal, está previsto para 1988.

Neste momento conheço duas reacções ao recém-chegado: uma carta privada aos redactores e um artigo num jornal importante.

A carta é uma reacção imediata e espontânea dum tradutor belga, que exprime o seu contentamento por ter finalmente um dicionário em condições, apesar de ainda ser de bolso. Experimentou-o, traduzindo o capítulo «Um homem do Norte», de 9 páginas, de «Retalhos da vida de um médico» de Fernando Namora na 24.^a edição de 1983. Das palavras que procurou no Standaard encontrou dois terços. Mas o restante também não constava de obras voluminosas, como o «Grande Dicionário de Português-Francês» de Domingos de Azevedo e o «Grande Dicionário da Língua Portuguesa» de Cândido de Figueiredo.

O artigo é uma recensão no prestigiado jornal holandês o NRC-Handelsblad por Fernando Venâncio, autor dum apreciado manual de português para neerlandófonos. A sua atitude é de regozijo crítico. Regozijo, por causa de este dicionário nos trazer quase o dobro das entradas do dicionário mais amplo que tivemos até agora. E enquanto que os outros dão na sua maioria palavras soltas, o Standaard/Thieme oferece em muitas entradas séries de significados, nuances, palavras compostas e derivadas, expressões correntes. Crítico, por faltar um prefácio, o vocabulário estar bastante datado, conter lacunas, e aqui e acolá, não ter a coerência interna necessária. Lamenta também o facto de as ajudas gramaticais serem limitadas e não haver indicações fonéticas no dicionário propriamente dito.

Nós concordamos completamente com esta recensão. É um prazer ler entradas deste tipo, onde palavras chaves guiam o consultante na sua escolha:

duro adj. hard; moeilijk (onderneming); ongevoelig, hardvochtig (karakter); zwaar (werk); streng (winter) //...

casal m. echtpaar o.; koppel o. (dieren); gehucht o.; hoeve.

apanhar vatten, pakken; plukken (vruchten); opnemen, oprapen; opdoen, oplopen (ziekte); bedriegen, beetnemen, oplichten; vangen (vis, vogel); halen (trein, enz.); een pak slaag krijgen; wegkapen (baantje) //...

abater neerslaan (stof); verslaan (vijand); vellen, omhakken (boom); slachten (dier); neerschieten; afmaken (gekwetst dier); slopen (muur); afmatten, uitputten (ziekte); afslaan (prijs).

É interessante reparar como certas palavras foram traduzidas pela primeira vez. Além disso apreciamos o facto dos substantivos terem a indicação do género nas duas línguas. Mas também nós achamos que o vocabulário está bastante datado e que há lacunas. Em princípio seria falta de bom senso e até mesquinho fazer enumerações de palavras que faltam num dicionário de bolso que — ipso facto — tem que limitar-se e portanto seleccionar. Simplesmente, não se chega a saber os critérios da selecção. Não há introdução e o folhear deixa-nos confusa. O dicionário parece ser geral mas traz uma enorme quantidade de palavras técnicas e científicas, muitas das quais com uma frequência extremamente limitada que — por causa disso — ficariam melhor num dicionário ou vocabulário especializado. Não se percebe qual o público visado. Terá isto acontecido com a intenção de diferenciar este dicionário dos outros

já existentes? Ou por causa de um ou mais redactores terem tido uma formação principalmente científica e não linguística/literária? Ou achou-se por bem utilizar as fichas elaboradas na ocasião de traduções profissionais? De qualquer maneira, um dicionário de bolso que se permite isso e que insere também muitas palavras fáceis de traduzir (bónus — bónus; bridge — bridge; hectare — hectare; lípase — lipase; sulfato — sulfato; sulfito — sulfiet; grafito — grafiet; decibel — decibel; sisal — sisal; gelatina—gelatine; penicilina—penicilline, etc.) nos proporciona o direito de indicar lacunas nas entradas, nos significados e nas derivadas. Faltam por exemplo aconchegar, cariz, certamen, conotação, contrapartida, desapontar, extraterrestre, forgoneta, incentivar... Podemos perguntar: porquê norte sem nortenho, lixo sem lixeira, talhar sem talhadourada, televisão sem televisivo, canalizar sem canalizador, andar sem andanças, parar sem paradeiro, passagem sem passagem de modelos, transmissão sem transmissão em directo e em deferido, animal sem animal de estimação, efémero sem efemérides, desfavorecer sem desfavorecidos... Quanto aos significados: esticar é também strekken (benen), carteira é portefeuille mas também handtas, campo de batalha é strijdperk mas em primeiro lugar slagveld, cisterna usa-se também para tankwagen, comprimento significa lengte mas também grootte, passadeira é looper mas também zebrapad, cilindro usa-se também para warmwaterreservoir (keuken, badkamer), cimeira pode ser helmkam mas usa-se agora como top(ontmoeting), estreia é também eerste vertoning (film), traficante significa sjacheraar mas também dealer, uma réplica indica também kopie (kunst), leitor é lector mas ainda mais lezen...

Fora disso: agarrado pode ser gierig mas também zeer gehecht aan (dingen, dieren, mensen); cerne é jaarring, mas hoje em dia principalmente utilizado como kern van de zaak; traduzir acepipe por lekkernij e os — s por voorgerecht é demasiado vago: voorgerecht é entrada e pode ser frio ou quente, acepipes são sempre frios — portanto mais no sentido de hors d'oeuvre; quanto a ganancioso: é melhor riscar winstgevend e ficar com hebzuchtig (pejorativo); empregada significa bediende mas também hulp in het huishouden (o uso da palavra «criada» está a diminuir); moradia é woning mas no sentido huis, eengezinswoning; cismar, traduzido por mijmeren, peinzen, usa-se muito no sentido negativo de piekeren; o adjectivo caseiro pode ser huiselijk (homem caseiro) mas ainda mais thuis of zelfgemaakt e um remédio caseiro não é necessariamente negativo (Standaard: kwakzalversmiddel) mas simplesmente: huismiddeltje; a tradução do substantivo caseiro por rentmeester fica um pouco deslocado num contexto português, onde significa mais pachtboer, pachter; a tradução de circunvalação também não me agrada muito...

Quanto ao próprio neerlandês: de maneira geral nota-se nas traduções uma certa tendência purista e uma linguagem um tanto pesada, que contrasta muito com o Berlitz. Não podemos deixar de fazer também aqui umas observações: romance de capa e espada aparece traduzido por avontuurlijke roman: preferimos avonturenroman; um dos significados da entrada misericordioso é goedertierend: é preciso tirar-lhe o final; ao lado de elucidativo aparece ophelderend: não será verhelderend? O único significado que o Standaard dá para transtornado é ficar transtornado: ongesteld worden — não será melhor dizer: ontsteld, overstuurd, ontdaan, já que ongesteld se usa sempre mais no

sentido de estar menstruada?, *bedsprinkhaan* deve ser um erro tipográfico, aliás divertido...

Fernando Venâncio tem também razão quando diz que algumas indicações técnicas gramaticais (por ex. o plural de certos substantivos) ou fonéticas (como a diferenciação de «e» e «o»), aumentam muito a utilidade dum livro. Mas este já sai tão caro por causa do mercado limitado: cada aditamento torná-lo-ia ainda mais caro. Parece-me que a edição dum dicionário Português \pm Neerlandês o mais completo possível, só é viável se for subvencionado e a partir do trabalho duma equipa mais diversificada.

No entanto, não quero minimizar o valor do *Standaard/Thieme*. Significa um grande passo em frente e prestamos homenagem ao trabalho árduo dos seus redactores. Mas convém que o leitor saiba o que compra e que redactores de futuros dicionários aprendam com as lacunas dos anteriores.

Num futuro mais ou menos próximo somos capazes de ter mais dicionários, mas já não de bolso. (Aliás o *Standaard/Thieme* encontra-se a meio caminho). Conhece-se o projecto do Instituto Superior de Tradutores e Intérpretes de Antuérpia. Além disso sabe-se que o Ministério de Ensino e Ciências dos Países Baixos contactou os Departamentos de Português nas universidades de Amsterdão e de Utreque convidando-os a colaborar no projecto de um novo dicionário Neerlandês \pm Português, O próprio Ministério da Educação e Cultura de Portugal mostrou-se também interessado. Parece que a reacção dos contactados foi, em princípio, positiva mas ainda não se formulou uma proposta concreta. Fora disso presumo que também os tradutores e intérpretes da CEE vão juntando fichas muito importantes. Pessoalmente gostava que se não dispersasse demasiado os conhecimentos, energia, tempo e meios. Preferia um dicionário de envergadura por um grupo de trabalho de pessoas qualificadas de vários quadrantes dos países implicados — e subvencionado pelas autoridades. Vale a pena investir também neste tipo de coisas.

Acerca do projecto em curso no Instituto para-universitário de Antuérpia — o único deste género em território neerlandófono até o HRITO de Bruxelas iniciar uma secção portuguesa de pleno direito há pouco tempo — temos dados concretos. Com o fim de elaborar um dicionário português-neerlandês prático, bastante completo, os alunos podem responsabilizar-se, como tese de licenciatura, por uma letra ou parte de uma letra. Neste momento chegou-se a «S». Tomam por base o Jaime Séguier, mas fazem-lhe aditamentos e actualizam-no, servindo-se do Dicionário de Morais, do Novo Aurélio, do Novo Michaëlis e do Domingos de Azevedo. Mas depois de chegar a última letra do alfabeto, uma equipa terá que rever e harmonizar estas teses todas, que muito obviamente têm um valor desigual. Demorará pois ainda alguns anos a publicação deste dicionário.

Com os *pockets* actualmente existentes e na antevisão de outros dicionários mais completos, encaramos o futuro com optimismo. E provou-se outra vez que, aberta ou veladamente, é a economia que faz girar o mundo. Num futuro ainda mais longínquo pode haver outra onda de interesse pelo português por causa de Angola.

Roza Huylebrouck

ROZA HUYLEBROUCK

*

Pouco depois de este contributo ter sido escrito, apareceu no mercado outro dicionário de bolso:

Wolters' mini-woordenboek - Portugees/Nederlands - Nederlands/Portugees, Wolters-Noordhoff, Groningen, 1987, 362 p., 15 cm, 9,50 fl, ISBN 9001 58764 X.

Mas a novidade está só na apresentação. Afinal trata-se do pequeno Berlitz, levemente disfarçado. Aliás o Copyright é também Macmillan, S.A., 61 Av. d'Ouchy 1006, Lausanne, Switzerland.

BIBLIOGRAFIA

- KLOOSTERBOER, W. — *Bibliografie van Nederlandse publikaties over Portugal en zijn overzeese gebiedsdelen. Toai, Literatuur, Geschiedenis, Land en Volk*, uitgave van de Bibliotheek der Rijksuniversiteit te Utrecht, 1957, pp. 2-4, p. 111. LOPES, David — *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, 2.^a edição, revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora, p. 141 e p. 155. OTTEVAERE, Jean — *Os Estudos Portugueses no Instituto Superior para Tradutores e Intérpretes de Antuérpia em O ensino do Português na Bélgica*, Lisboa, edição do Ministério da Educação, 1983, p. 37. SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, entrada *Países Baixos* por J. B. de M., Porto, Vol. IV, pp. 524-527.

Victor Hugo e Portugal, Actas do Colóquio (no centenário da sua morte), org. de Ferreira de Brito, Porto, Humbertipo, 1987, 536 pp.

A publicação das actas do colóquio, *Victor Hugo e Portugal*, que se realizou na cidade do Porto de 7 a 10 de Maio de 1985, veio satisfazer as expectativas de todos quantos desejam ver reunidas as comunicações aí apresentadas, numa obra facilmente manuseável.

Tendo este colóquio como objectivo — e tal como é referido pelo seu organizador, Prof. Ferreira de Brito, em «Saudação aos Participantes» (pp. 17-26) — a avaliação da «profundidade do sulco» rasgado por Victor Hugo, no campo português, espanhol, brasileiro e, também, no campo francês, esse objectivo foi conseguido, pois a diversidade que caracterizou o acolhimento deste romântico está bem expressa neste espaço de reflexão.

Esta publicação encontra-se funcionalmente dividida em duas grandes partes: um primeiro bloco contendo as comunicações proferidas ao longo do colóquio (e de que nos ocuparemos num primeiro momento) e uma segunda divisão constituída por um conjunto de textos documentais.

Assim, damo-nos conta de problemáticas várias, focadas nessas comunicações. Existe todo um conjunto de textos que se apresentam como reflexões sobre a responsabilidade de Victor Hugo na produção literária de autores portugueses, quer por uma atitude de aproximação, quer por uma posição de distanciamento. São eles Almeida Garrett (vd. «Aspectos da recepção de Victor Hugo no Romantismo Português: o caso de Garrett», de Ofélia Paiva Monteiro), poetas ligados à chamada Escola do Porto («A Escola do Porto e Victor Hugo», de Ferreira de Brito), Gomes Leal, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro.

Todavia, outras perspectivas de estudo da recepção de Victor Hugo são abertas nestas actas quando se tem em conta não as influências directas de um autor sobre outro, mas a importância de intermediários na recepção de elementos múltiplos próprios a um autor. Veja-se a este propósito a tríade Victor Hugo, Baudelaire e Cesário Verde de que nos fala Maria do Rosário Girão (pp. 343-362).

Ainda do ponto de vista do acolhimento de Hugo em Portugal, encontramos um outro grupo de comunicações que revelam a aceitação recebida, através do número de traduções da sua obra ao longo de vários anos, quais as obras mais traduzidas (vd. «As Traduções Portuguesas de Victor Hugo no séc. XIX: Romance e Teatro», pp. 249-262), a sua presença nos Gabinetes de Leitura da época (pp. 197-212) ou através da representação de textos dramáticos de Victor Hugo (vd. comunicação de Vítor Vladimiro Ferreira) e, também, o eco de admiração que todas as actividades de Hugo encontraram na imprensa portuguesa (pp. 289-304).

FÁTIMA OUTEIRINHO

Para além do já referido, estas *Actas* permitem-nos verificar que não é somente a personalidade literária de Victor Hugo que é reverenciada em Portugal, mas que é também o homem político, objecto de admiração. É o que vemos desenvolvido no texto de João Medina, «Aspectos da Hugolatria Portuguesa: a projecção política de Victor Hugo em Portugal».

A diversidade de aspectos focados que caracterizou este colóquio é testemunhada pelas comunicações de Jacques Seebacher, «Littérature et Philo-sophie de rHistoire», ou ainda por estudos de foro linguístico como o de Mário Vilela, «Tradução e Análise contrastiva com base em traduções de Victor Hugo» e «Un récit integral: la mort de Victor Hugo» de Patrick Dahlet.

O título do colóquio em causa — *Victor Hugo e Portugal* — possibilitava a escolha de uma via alternativa: o estudo da presença de elementos pertencentes ao imaginário e universo portugueses, na obra deste autor. Tal possibilidade não foi desprezada por Claude Dubois em «Un Gama du cap de Pabíme», nem por Huguette Rotheval Rodrigues na comunicação intitulada «Un sujet dramatique portugais dans une pièce de Victor Hugo: Inez de Castro».

O carácter alargado desta publicação reside, ainda, na presença de comunicações como a de Francisco Javier Hernández (pp. 121-129) e de Victor Morales Lezcano (pp. 147-159) que revelam ao leitor o elemento espanhol na obra de Hugo e, também, do trabalho de René Journet, «Paysages tachistes dans les romans de Victor Hugo».

A segunda parte desta publicação encerra uma colectânea de textos documentais, constituída por artigos saídos na imprensa do séc. XIX, quase todos publicados aquando da morte do escritor; reproduz a correspondência de Victor Hugo que documenta as relações estabelecidas com Portugal e, finalmente, apresenta uma recolha de composições que reflectem o culto prestado a Victor Hugo pelos poetas portugueses.

A inserção destes textos, na obra, enriquece-a, incontestavelmente, pois constitui-se como apoio indispensável a muitas das comunicações apresentadas. Para além disso, dá conta da exposição efectuada, paralelamente à realização do colóquio.

A publicação das actas do colóquio *Victor Hugo e Portugal* vem demonstrar o carácter frutuoso de um estudo deste tipo e vem preencher a lacuna existente ao nível da investigação da recepção de Victor Hugo entre nós. Torna-se, deste modo, um instrumento de trabalho imprescindível para todos aqueles que se interessam por problemas relativos à presença actuante de autores franceses, na literatura portuguesa do séc. XIX. Tal como é referido nas «Conclusões» (pp. 369-371), muitas pistas de trabalho são fornecidas para posteriores estudos exaustivos sobre este autor e de muitos outros aqui apontados.

Fátima Outeirinho

ÁLVARO MANUEL MACHADO—*Les Romantismes au Portugal—modeles étrangers et orientations nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian—Centre Culturel Portugais, 1986, 719 pp.

Este vasto trabalho de Álvaro Manuel Machado — vastidão que o título desde logo sugere e vastidão confirmada pelas 719 páginas que constituem o volume — foi apresentado como tese de «Doctorat d'État» na Sorbonne Nou-velle (Paris III). Trata-se de um ambicioso estudo na área da literatura comparada que abrange mais de um século e meio da nossa literatura, desde a passagem do séc. XVIII para o XIX até aos anos 80 do XX.

O título é esclarecedor das intenções do autor, explicitadas numa breve introdução: estudar os modelos estrangeiros do nosso romantismo, dos simples «modelos de referência» aos «modelos produtores», simultaneamente a dois níveis, o da sua recepção e o da sua «nacionalização», estudo que conduz inelutavelmente, perante a multiplicação atomizada desses modelos, a preferir o plural «romantismos» ao tradicional singular, normalmente utilizado para referir o fenómeno romântico em Portugal. E falar em modelos, sobretudo relativamente ao séc. XIX português, é certamente privilegiar os modelos franceses, como de resto o autor faz notar logo na referida introdução. Diga-se, aliás, que um filão explorado por Álvaro Manuel Machado, de um modo continuado e com êxito, é o da contraditória coexistência, ao longo do séc. XIX, entre uma galofobia nascida de um nacionalismo que adquire múltiplos matizes e uma sistemática utilização da cultura francesa como intermediária ou fonte mesmo dos modelos importados; essa contraditória coexistência, que se faz sentir logo na I.^a Geração Romântica, atingirá um ponto culminante com a Geração de 70 e com o «francesismo» e a crítica ao «francesismo» de Eça de Queirós.

Subjaz a um trabalho com esta amplidão cronológica a convicção de que, como diz o autor, citando Jorge de Sena, o romantismo português é um «cadáver insepulto». Todo o livro não é mais do que a tentativa de demonstração desta convicção. «On peut même ajouter — é com esta frase que Álvaro Manuel Machado fecha o seu trabalho — que ce «cadavre» a ressuscite et que ses successives «apparitions» («romantismes») ne finissent pas de nous étonner...» (p. 640). É óbvio que, ultrapassado o estudo da fase histórica do romantismo, as «aparições» são privilegiadas pelo autor em função de opções por vezes discutíveis, por vezes pouco claras, talvez apenas dependentes da maior capacidade que revelaram para o «espantar»... mas opções, note-se, nunca arbitrarias, obedecendo a uma lógica interna que fica sempre clara perante o leitor.

Meticulosa e pacientemente, o autor começa por procurar levantar, no primeiro dos quatro livros que constituem o volume, os modelos estrangeiros do pré-romantismo ao romantismo português. E fá-lo de um modo minucioso

através não apenas dos textos propriamente literários, mas também do exame de revistas, periódicos, folhetos cuja acção de algum modo contribuiu para a difusão dos modelos em questão, o que nem sempre torna a leitura aliciante. Aquilo que nos pareceu importante reter deste primeiro bloco, dentro da economia do livro, foi a constatação de que os nossos pré-românticos, como de resto os românticos da I.^a geração, desconheciam os grandes modelos do pré-romantismo europeu, designadamente Shakespeare e Goethe, e muito particularmente os de origem germânica, em favor de modelos secundários. Álvaro Manuel Machado chama a atenção, com perspicácia analítica, para a significativa ausência de Coleridge, o que é tido como sintoma da recusa do aprofundamento teórico do primeiro romantismo inglês, justamente naquilo que o aproxima do primeiro romantismo alemão.

No segundo livro, cuja leitura é claramente mais interessante, estuda-se a responsabilidade da I.^a Geração Romântica, responsabilidade que envolveu facetas diferentes em Garrett ou em Herculano, na elaboração do grande mito romântico da decadência nacional e da regeneração liberal, o que acarretou consigo um complexo processo de absorção nacionalista dos modelos estrangeiros, que Álvaro Manuel Machado analisa detalhadamente, especialmente no que se refere a Herculano. Um tal processo atinge um ponto alto com as práticas românticas, bem distintas entre si, de Castilho e Camilo, a que o autor chama um romantismo «figé», na medida em que significa uma certa imobilidade intelectual em face dos novos modelos do romantismo cosmopolita europeu de meados do séc. XIX, em favor da herança cultural nacional, clássica, no caso do primeiro, vernácula e regionalista, no caso do segundo. Na sequência deste processo, passa-se à análise da poesia e da ficção ultra-românticas como expressões por excelência de um nacionalismo sentimentalista provinciano (com excepção da escola do folhetim) e da degenerescência nacional em consequência do progresso, em relação íntima com um sistemático atraso na recepção dos modelos românticos europeus.

No entanto, a parte mais bem elaborada do trabalho, aquela em que os objectivos definidos pelo autor parecem plenamente alcançados, é claramente a que dá corpo ao terceiro livro, o mais longo do volume, construído pelo estudo da «fixação» dos grandes modelos românticos estrangeiros pela Geração de 70. Entende-se por «fixação», a valorização teórica, mais ou menos tardia, destes modelos no seu conjunto e uma «mutação» elaborada a partir de alguns deles. Com aquela geração descobre-se antes de mais a própria fonte do romantismo, isto é, o romantismo alemão, mas, como nota Álvaro Manuel Machado, «le germanisme n'est plus pour la génération de 70 une simple référence littéraire ou l'image socio-politique d'un pays, c'est la découverte d'une culture *pleinement* étrangère qui représente une *plenitude* du romantisme européen» (p. 635); daí que, especialmente em relação a Antero, o autor fale de um romantismo «total». Em torno das quatro figuras de primeira grandeza da Geração de 70, Antero, Teófilo, Eça e Oliveira Martins e de duas outras significativas do ponto de vista em questão, Gomes Leal e Fialho de Almeida, Álvaro Manuel Machado mostra como se organiza a revitalização do romantismo em Portugal, com a «descoberta» de velhos modelos do romantismo histórico europeu e o encontro com os românticos modernos, revitalização que convive ambiguamente por vezes com a aguda consciência da decadência nacional.

RECENSÕES

Finalmente, no quarto e último livro, sob a designação «Ruptures et Héritages», procura-se estudar como através das rupturas do fim do século e do modernismo, corporizadas em Raul Brandão e nas Gerações de *Orfeu* e da *Presença*, se assiste a uma sobrevivência de mitologias românticas que, em convivência com modelos de origem diversa, permitem a definição de um post-romantismo modernista de transição, de um nacionalismo mítico e de um modernismo neo-romântico. São estas «rupturas e heranças» que permitem que a ficção de Agustina Bessa Luís chegue à elaboração de um «imaginaire total», na expressão de Álvaro Manuel Machado, feito a partir da recepção de modelos do romantismo alemão, da «re-création élargie d'un imaginaire romantique portugais, celui des romans de Camilo et d'un vieux mythe cher à Garrett, celui du sébastianisme» (p. 639).

Cremos que terá ficado clara a amplitude do trabalho empreendido pelo autor e a coerência da leitura proposta. Com efeito, uma das qualidades do estudo de Álvaro Manuel Machado reside na sua grande coerência interna, conseguida em boa parte através de uma grande clareza expositiva e organizativa e, naturalmente, de uma eficaz capacidade de argumentação em favor da tese equacionada. Claro que certas questões que se articulam com aquelas opções de que falámos inicialmente se podem colocar. Por exemplo, não seria viável encontrar, na área da expressão poética contemporânea, um artífice daquele «imaginaire total» a que, na senda do imaginário romântico, Agustina Bessa Luís dá corpo na sua ficção? Ou não teria sido possível ir mais além na análise das relações de herança ou ruptura da Geração de *Orfeu* com os modelos românticos, nomeadamente ir além dos textos teóricos de Fernando Pessoa? Ou ainda, não teria sido desejável dedicar espaço significativo aos neo-garretianos e aos regionalistas do começo do século?

Por outro lado, pareceu-nos que as pouco frequentes incursões na área específica da intertextualidade não são por vezes suficientemente convincentes ou então o jogo intertextual não é suficientemente explicitado como, por exemplo, quando a página 623 se justapõe um passo de um romance de Agustina Bessa Luís a dois fragmentos de Novais e se afirma que «Pintertextualité ici s'impose tout naturellement...»

Gostaríamos ainda de referir duas ou três questões de pormenor com as quais discordamos. Pareceu-nos abusiva a interpretação de uma frase queiro-siana, segundo a qual *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis seria, para Eça de Queirós, «un exemple de pur naturalisme dans la littérature portugaise» (p. 435). Aquilo que Eça afirma — trata-se do texto «Idealismo e Realismo» destinado a ser um prefácio à 2.^a edição revista de *O Crime do Padre Amaro* e deixado inédito — é exactamente o contrário, apresentando a referida obra de Júlio Dinis como exemplo de um romance da «escola» idealista, isto é, romântica, apesar do seu autor ser «o artista que entre nós mais importância deu à realidade». Redutor e ainda abusivo parece-nos considerar-se que o Eça do final da vida pratica «une sorte de retour naïf à un néo-romantisme nationaliste et gallophobe (*A cidade e as serras*). Ce retour refuse tous les modèles étrangers, aussi bien les romantiques que les réalistes-naturalistes et les symbolistes, pour reprendre le premier romantisme de Garrett» (p. 451). Em boa parte isto será verdade, mas... e os modelos ideológicos? Renan, Taine, Proudhon?

ISABEL PIRES DE LIMA

O Eça desta fase é também, não o esqueçamos, o Eça das *Lendas de Santos*. A nossa discordância vai também para uma afirmação feita a propósito da definição de Geração de 70, a páginas 309, em que se tende a confundir «história literária geral» e «sociologia da literatura», ambas vocacionadas, na opinião do autor, para «une énumération plutôt abstraite» das obras literárias e dos seus autores. A sociologia da literatura é hoje uma disciplina autónoma dentro dos estudos literários, munida já de metodologias operatórias capazes de «agarrar» a obra tanto ao nível do processo da sua criação, quanto ao nível da sua difusão e recepção.

Antes de terminarmos, julgamos ser da maior justiça referir a importância da exaustiva bibliografia publicada por Álvaro Manuel Machado, quer no que diz respeito aos trabalhos, na área do comparativismo, relativos ao séc. XIX português, quer no que se refere aos periódicos da época consultados pelo autor. De grande interesse nos parece também a atitude reiterada de apelar para textos hoje quase desconhecidos, ou porque ficaram inéditos, ou porque não foram publicados em volume, mas importantes para a compreensão de uma ou outra questão, como são, por exemplo, os casos de um artigo de Jaime Batalha Reis sobre Oliveira Martins publicado na revista *O Ocidente* (p. 469) ou um texto deste último intitulado *A crise portuguesa* (p. 490). Por tudo quanto ficou dito, esta obra de Álvaro Manuel Machado tornou-se um ponto de referência indispensável para quem tiver de confrontar-se com as «aparições» do fantasma romântico...

Isabel Pires de Lima

ÁLVARO MANUEL MACHADO—*Les Romantismes au Portugal—modeles étrangers et orientations nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian—Centre Culturel Portugais, 1986, 719 pp.

Este vasto trabalho de Álvaro Manuel Machado — vastidão que o título desde logo sugere e vastidão confirmada pelas 719 páginas que constituem o volume — foi apresentado como tese de «Doctorat d'État» na Sorbonne Nou-velle (Paris III). Trata-se de um ambicioso estudo na área da literatura comparada que abrange mais de um século e meio da nossa literatura, desde a passagem do séc. XVIII para o XIX até aos anos 80 do XX.

O título é esclarecedor das intenções do autor, explicitadas numa breve introdução: estudar os modelos estrangeiros do nosso romantismo, dos simples «modelos de referência» aos «modelos produtores», simultaneamente a dois níveis, o da sua recepção e o da sua «nacionalização», estudo que conduz inelutavelmente, perante a multiplicação atomizada desses modelos, a preferir o plural «romantismos» ao tradicional singular, normalmente utilizado para referir o fenómeno romântico em Portugal. E falar em modelos, sobretudo relativamente ao séc. XIX português, é certamente privilegiar os modelos franceses, como de resto o autor faz notar logo na referida introdução. Diga-se, aliás, que um filão explorado por Álvaro Manuel Machado, de um modo continuado e com êxito, é o da contraditória coexistência, ao longo do séc. XIX, entre uma galofobia nascida de um nacionalismo que adquire múltiplos matizes e uma sistemática utilização da cultura francesa como intermediária ou fonte mesmo dos modelos importados; essa contraditória coexistência, que se faz sentir logo na I.^a Geração Romântica, atingirá um ponto culminante com a Geração de 70 e com o «francesismo» e a crítica ao «francesismo» de Eça de Queirós.

Subjaz a um trabalho com esta amplidão cronológica a convicção de que, como diz o autor, citando Jorge de Sena, o romantismo português é um «cadáver insepulto». Todo o livro não é mais do que a tentativa de demonstração desta convicção. «On peut même ajouter — é com esta frase que Álvaro Manuel Machado fecha o seu trabalho — que ce «cadavre» a ressuscite et que ses successives «apparitions» («romantismes») ne finissent pas de nous étonner...» (p. 640). É óbvio que, ultrapassado o estudo da fase histórica do romantismo, as «aparições» são privilegiadas pelo autor em função de opções por vezes discutíveis, por vezes pouco claras, talvez apenas dependentes da maior capacidade que revelaram para o «espantar»... mas opções, note-se, nunca arbitrarias, obedecendo a uma lógica interna que fica sempre clara perante o leitor.

Meticulosa e pacientemente, o autor começa por procurar levantar, no primeiro dos quatro livros que constituem o volume, os modelos estrangeiros do pré-romantismo ao romantismo português. E fá-lo de um modo minucioso

através não apenas dos textos propriamente literários, mas também do exame de revistas, periódicos, folhetos cuja acção de algum modo contribuiu para a difusão dos modelos em questão, o que nem sempre torna a leitura aliciante. Aquilo que nos pareceu importante reter deste primeiro bloco, dentro da economia do livro, foi a constatação de que os nossos pré-românticos, como de resto os românticos da I.^a geração, desconheciam os grandes modelos do pré-romantismo europeu, designadamente Shakespeare e Goethe, e muito particularmente os de origem germânica, em favor de modelos secundários. Álvaro Manuel Machado chama a atenção, com perspicácia analítica, para a significativa ausência de Coleridge, o que é tido como sintoma da recusa do aprofundamento teórico do primeiro romantismo inglês, justamente naquilo que o aproxima do primeiro romantismo alemão.

No segundo livro, cuja leitura é claramente mais interessante, estuda-se a responsabilidade da I.^a Geração Romântica, responsabilidade que envolveu facetas diferentes em Garrett ou em Herculano, na elaboração do grande mito romântico da decadência nacional e da regeneração liberal, o que acarretou consigo um complexo processo de absorção nacionalista dos modelos estrangeiros, que Álvaro Manuel Machado analisa detalhadamente, especialmente no que se refere a Herculano. Um tal processo atinge um ponto alto com as práticas românticas, bem distintas entre si, de Castilho e Camilo, a que o autor chama um romantismo «figé», na medida em que significa uma certa imobilidade intelectual em face dos novos modelos do romantismo cosmopolita europeu de meados do séc. XIX, em favor da herança cultural nacional, clássica, no caso do primeiro, vernácula e regionalista, no caso do segundo. Na sequência deste processo, passa-se à análise da poesia e da ficção ultra-românticas como expressões por excelência de um nacionalismo sentimentalista provinciano (com excepção da escola do folhetim) e da degenerescência nacional em consequência do progresso, em relação íntima com um sistemático atraso na recepção dos modelos românticos europeus.

No entanto, a parte mais bem elaborada do trabalho, aquela em que os objectivos definidos pelo autor parecem plenamente alcançados, é claramente a que dá corpo ao terceiro livro, o mais longo do volume, construído pelo estudo da «fixação» dos grandes modelos românticos estrangeiros pela Geração de 70. Entende-se por «fixação», a valorização teórica, mais ou menos tardia, destes modelos no seu conjunto e uma «mutação» elaborada a partir de alguns deles. Com aquela geração descobre-se antes de mais a própria fonte do romantismo, isto é, o romantismo alemão, mas, como nota Álvaro Manuel Machado, «le germanisme n'est plus pour la génération de 70 une simple référence littéraire ou l'image socio-politique d'un pays, c'est la découverte d'une culture *pleinement* étrangère qui représente une *plenitude* du romantisme européen» (p. 635); daí que, especialmente em relação a Antero, o autor fale de um romantismo «total». Em torno das quatro figuras de primeira grandeza da Geração de 70, Antero, Teófilo, Eça e Oliveira Martins e de duas outras significativas do ponto de vista em questão, Gomes Leal e Fialho de Almeida, Álvaro Manuel Machado mostra como se organiza a revitalização do romantismo em Portugal, com a «descoberta» de velhos modelos do romantismo histórico europeu e o encontro com os românticos modernos, revitalização que convive ambiguamente por vezes com a aguda consciência da decadência nacional.

RECENSÕES

Finalmente, no quarto e último livro, sob a designação «Ruptures et Héritages», procura-se estudar como através das rupturas do fim do século e do modernismo, corporizadas em Raul Brandão e nas Gerações de *Orfeu* e da *Presença*, se assiste a uma sobrevivência de mitologias românticas que, em convivência com modelos de origem diversa, permitem a definição de um post-romantismo modernista de transição, de um nacionalismo mítico e de um modernismo neo-romântico. São estas «rupturas e heranças» que permitem que a ficção de Agustina Bessa Luís chegue à elaboração de um «imaginaire total», na expressão de Álvaro Manuel Machado, feito a partir da recepção de modelos do romantismo alemão, da «re-création élargie d'un imaginaire romantique portugais, celui des romans de Camilo et d'un vieux mythe cher à Garrett, celui du sébastianisme» (p. 639).

Cremos que terá ficado clara a amplitude do trabalho empreendido pelo autor e a coerência da leitura proposta. Com efeito, uma das qualidades do estudo de Álvaro Manuel Machado reside na sua grande coerência interna, conseguida em boa parte através de uma grande clareza expositiva e organizativa e, naturalmente, de uma eficaz capacidade de argumentação em favor da tese equacionada. Claro que certas questões que se articulam com aquelas opções de que falámos inicialmente se podem colocar. Por exemplo, não seria viável encontrar, na área da expressão poética contemporânea, um artífice daquele «imaginaire total» a que, na senda do imaginário romântico, Agustina Bessa Luís dá corpo na sua ficção? Ou não teria sido possível ir mais além na análise das relações de herança ou ruptura da Geração de *Orfeu* com os modelos românticos, nomeadamente ir além dos textos teóricos de Fernando Pessoa? Ou ainda, não teria sido desejável dedicar espaço significativo aos neo-garretianos e aos regionalistas do começo do século?

Por outro lado, pareceu-nos que as pouco frequentes incursões na área específica da intertextualidade não são por vezes suficientemente convincentes ou então o jogo intertextual não é suficientemente explicitado como, por exemplo, quando a página 623 se justapõe um passo de um romance de Agustina Bessa Luís a dois fragmentos de Novais e se afirma que «Pintertextualité ici s'impose tout naturellement...»

Gostaríamos ainda de referir duas ou três questões de pormenor com as quais discordamos. Pareceu-nos abusiva a interpretação de uma frase queiro-siana, segundo a qual *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis seria, para Eça de Queirós, «un exemple de pur naturalisme dans la littérature portugaise» (p. 435). Aquilo que Eça afirma — trata-se do texto «Idealismo e Realismo» destinado a ser um prefácio à 2.^a edição revista de *O Crime do Padre Amaro* e deixado inédito — é exactamente o contrário, apresentando a referida obra de Júlio Dinis como exemplo de um romance da «escola» idealista, isto é, romântica, apesar do seu autor ser «o artista que entre nós mais importância deu à realidade». Redutor e ainda abusivo parece-nos considerar-se que o Eça do final da vida pratica «une sorte de retour naïf à un néo-romantisme nationaliste et gallophobe (*A cidade e as serras*). Ce retour refuse tous les modèles étrangers, aussi bien les romantiques que les réalistes-naturalistes et les symbolistes, pour reprendre le premier romantisme de Garrett» (p. 451). Em boa parte isto será verdade, mas... e os modelos ideológicos? Renan, Taine, Proudhon?

ISABEL PIRES DE LIMA

O Eça desta fase é também, não o esqueçamos, o Eça das *Lendas de Santos*. A nossa discordância vai também para uma afirmação feita a propósito da definição de Geração de 70, a páginas 309, em que se tende a confundir «história literária geral» e «sociologia da literatura», ambas vocacionadas, na opinião do autor, para «une énumération plutôt abstraite» das obras literárias e dos seus autores. A sociologia da literatura é hoje uma disciplina autónoma dentro dos estudos literários, munida já de metodologias operatórias capazes de «agarrar» a obra tanto ao nível do processo da sua criação, quanto ao nível da sua difusão e recepção.

Antes de terminarmos, julgamos ser da maior justiça referir a importância da exaustiva bibliografia publicada por Álvaro Manuel Machado, quer no que diz respeito aos trabalhos, na área do comparativismo, relativos ao séc. XIX português, quer no que se refere aos periódicos da época consultados pelo autor. De grande interesse nos parece também a atitude reiterada de apelar para textos hoje quase desconhecidos, ou porque ficaram inéditos, ou porque não foram publicados em volume, mas importantes para a compreensão de uma ou outra questão, como são, por exemplo, os casos de um artigo de Jaime Batalha Reis sobre Oliveira Martins publicado na revista *O Ocidente* (p. 469) ou um texto deste último intitulado *A crise portuguesa* (p. 490). Por tudo quanto ficou dito, esta obra de Álvaro Manuel Machado tornou-se um ponto de referência indispensável para quem tiver de confrontar-se com as «aparições» do fantasma romântico...

Isabel Pires de Lima

Vai já no seu terceiro número a revista *Confluências* onde, conjunta-mente, o Instituto de Estudos Franceses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Alliance Française aliam esforços para conduzir-nos, através de uma centena de páginas, à descoberta ou ao reencontro com a Literatura e a Cultura Francesas, suprimindo, assim, uma lacuna na área dos estudos universitários franceses em Coimbra.

Na sua pluridisciplinaridade, entendem os responsáveis pela publicação acolher, no seu espaço, orientações estéticas e culturais diversas, desde a história das ideias à mitologia, ou desde o conhecimento de autores e obras que regem a cultura do país à valorização de outras actividades paralelas como o teatro, o cinema ou a tradução.

Sendo, por outro lado, a realidade cultural portuguesa atravessada pela influência geral vinda de França, era urgente que, no quadro de uma revista deste âmbito, se procurasse, conseqüentemente, encetar um diálogo de carácter comparativista entre a civilização francesa e a nossa própria identidade cultural, visto que ambos os povos raramente viveram de costas voltadas, embora, como se sabe, a influência se tenha predominantemente exercido *de lá para cá*, num solitário «intercâmbio».

Aberta, por conseguinte, à intertextualidade e às perspectivas críticas mais diversas, *Confluências* procura, por outro lado, manter-se dentro dos limites de uma linguagem rigorosa e precisa, fugindo, entretanto, ao diletantismo, a terminologias rebarbativas ou a pretensiosas ostentações, como ficou devidamente explicitado no preâmbulo do primeiro número. Efectivamente, afirmam os responsáveis que «a Revista procurará evitar a erudição estreita e enfadonha ou as metalinguagens críticas pedantemente herméticas, sem, com isso, abdicar da exigência de informação séria e de actualizadas abordagens de análise e de interpretação»¹

Na sua versatilidade, o primeiro número engloba estudos sobre a figura e o talento do artista-gravador francês Jacques Callot, ao mesmo tempo que inscreve em relevo nas suas páginas o nome de Diderot. Alguns títulos são sugestivos: «La pensée esthétique de Diderot», «Sexualité et politique dans Poëuvre de Didrot», «Nature et folie dans la Religieuse», «La figure du narrataire dans la Religieuse», etc.

¹ *Confluências*, 1, Coimbra, Janeiro de 1985, p. 4.

MARIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA CARNEIRO

Já no n.º 2 a Revista dará preferência à problemática da representação do real na escrita narrativa francesa. Criadores da ilusão mimética, graças ao poder do «verbo», aqui encontramos reunidos num mesmo destino nomes tão diversos, mas tão sonantes, como Balzac, Boris Vian ou o autor de *Les Misérables*. Estendendo, por outro lado, numa articulação frutuosa, a sua área de pesquisa, este segundo número sensibiliza simultaneamente o leitor para um encontro com o teatro e para o comentário de um poema de Victor Hugo, faz a apresentação do filme «Le soulier de Satin» de Manuel de Oliveira e confere relevo à fotografia, sem se esquecer de integrar o fenómeno da tradução.

Ao n.º 3 cabe privilegiar a figura mítica de D. Juan, esse herói que, desde o teatro seiscentista até aos nossos dias, fascinou músicos (Mozart), poetas e dramaturgos de todos os quadrantes. Desafiando a sociedade e o próprio Deus, erguendo-se altivo e desdenhoso contra as leis, D. Juan é bem o símbolo e o paradigma da rebeldia do homem em busca da imortalidade e do infinito através do amor. Investigadores como R. Pomeau e J. Maurel completarão, graças às suas análises críticas, o nosso conhecimento desta realidade cultural.

Modesta na sua configuração mas grande íia ambição do saber, que esta Revista possa constituir terreno ideal para quantos se interessam pelo fenómeno literário e cultural francês ou que desejam partir à descoberta de uma poética comparada.

Maria do Nascimento Oliveira Carneiro

A impressão mais frequente com que se fica daquilo que mais recentemente se tem publicado sobre o ensino das línguas vivas estrangeiras é a de que tais publicações saem mais da pena de linguistas (quer praticantes da linguística teórica quer da linguística aplicada) do que da pena de professores de línguas com experiência. Em alguns casos nem sequer de uma impressão chega a tratar-se já que o curriculum e a posição explícita dos autores é claramente a de linguistas. Surpreende, portanto, que os professores de línguas tenham deixado tanto a cargo dos linguistas as reflexões que vêm influenciando, à escala mundial, uma actividade de tanta importância como é a didáctica das línguas estrangeiras. A explicação poderá encontrar-se, provavelmente, no imperativo universitário (e é nas universidades que a quase totalidade dos linguistas desenvolve a sua actividade de ensino e de investigação) de «publish or perish», enquanto que ao professor comum de línguas pouco mais se lhe pede do que a ocupação por inteiro do seu tempo com a preparação e a leccionação das suas aulas. Esta situação permite-nos imaginar o manancial de experiência e ideias individuais de professores que se terá perdido por nunca terem sido dadas à estampa e tornadas acessíveis ao público potencialmente interessado. E não restam dúvidas de que este público é vasto, sendo prova disso o ritmo activo de publicação que lança continuamente no mercado uma imensidão de novos títulos, o que torna difícil o acompanhamento conveniente das novidades.

É de crer que uma percentagem maioritária do público leitor dessa literatura seja constituída por professores, estagiários e estudantes que visam a profissão docente.

Não obstante a pertinência linguística das doutrinas expressas, a especulação aliciante, o relato de experiências reveladoras, no que toca directamente ao ensino prático das línguas estrangeiras na situação concreta das salas de aulas essas obras revelam-se de insuficiente experiência, quando não de chocante irrealismo. Estas considerações são aplicáveis a quase todos os trabalhos que se tem publicado no decurso da última década na área do chamado ensino comunicativo das línguas: desde *Notional Syllabuses* de David Wilkins a *Teaching Language as Communication* de Henry Widdowson, passando pelo elevado número daqueles que se sentiram atraídos pelas ideias tentadoras destes dois expoentes do comunicativismo.

Neste contexto sabe bem encontrar-se, de vez em quando, a voz dos que invocam a sua experiência de professores de línguas e denunciam os exageros das modas divulgadas com o apoio de forte publicidade. Sabe bem

M. GOMES DA TORRE

ler-se o modo autorizado como Michael Swan desmonta as teorias de Widdowson nos seus dois artigos publicados no prestigioso *English Language Teaching Journal* a que deu o título de **A critical look at the communicative approach** ou ler em Alan Davies que «communicative language teaching as a method — or was it a goal? — was not created because it was what language teachers wanted, but because it seemed like a good idea to applied linguists».

Contudo, seria insensato, dar de barato a enérgica chamada de atenção dos comunicativistas para a função fundamental de uma língua, i.é. a sua função como instrumento de comunicação, bem como a sua denúncia do ensino teorizante largamente praticado mas que não conduz os alunos ao uso efectivo das línguas que aprendem. Como sempre e como em tudo, a atitude mais construtiva é a que procede ao estudo cuidadoso das novas propostas a fim de retirar delas os contributos aproveitáveis e juntá-los ao que de positivo há nas propostas mais antigas.

É precisamente isso que encontramos em *Practical Techniques for Language Teaching*. Michael Lewis e Jimmie Hill oferecem-nos um trabalho de que estão ausentes as tradicionais características académicas. Por exemplo, não apresentam qualquer bibliografia, não fazem citações, não usam notas de pé de página. Apesar disso, ao longo da leitura, nota-se que os Autores estão bem informados e actualizados sobre as grandes orientações, modernas e mais antigas, da didáctica das línguas vivas, uma vez que as utilizam e a elas se referem na fundamentação das posições que tomam. No restante o livro é preenchido pelos dados que os Autores colheram na sua experiência de professores, como eles próprios nos dizem logo nas primeiras linhas da introdução: «This book is not theoretical. It is a collection of practical ideas and techniques which you can use immediately to make your own teaching more effective, and more enjoyable for yourself and your students. The book is not a method or an approach. We do not believe that there is one way of teaching well. All suggestions are based on our experience of teachers teaching» (p. 3).

Na verdade, em cada uma das páginas que se seguem, nota-se, por detrás das afirmações feitas, um grande realismo docente e um bom conhecimento das reacções típicas dos aprendentes. A própria maneira metódica e pensada de apresentação das matérias nos vários capítulos com vista a um completo entendimento por parte dos leitores são prova de que os Autores são professores experimentados. A abrir cada capítulo há um questionário objectivo, com número variável de questões sobre a matéria a abordar nas páginas seguintes, ao qual o leitor é convidado a responder antes de proceder à leitura. O objectivo deste processo é óbvio: o leitor, respondendo antes da leitura, poderá verificar, depois dela, se mantém a mesma posição ou se a modificou em consequência do contacto com as ideias dos Autores. No processo de resposta o leitor deve utilizar um dos três símbolos fornecidos:

V if you *agreé*
X if you *disagree*
? if you are *undecided*

Aqui haverá, em meu entender, algo passível de crítica. Nem sempre as questões postas aceitam, objectiva e claramente, uma única das respostas

RECENSÕES

propostas pelos Autores. Por exemplo a questão n.º 3 do questionário que abre o capítulo 2 está neste caso:

«The difficulty of a text depends mostly on the vocabulary it contains» D

O leitor com ideias bem definidas sobre o assunto, o que exclui a hipótese de indecisão, pode entender que, conforme os textos, a afirmação transcrita poderá ter concordância, nuns casos, e discordância noutros. Daí que a resposta mais correcta pudesse ser a inscrição de V e de X na quadrícula respectiva.

De resto todo o livro se lê com muito agrado, particularmente se o leitor estiver bem informado sobre a literatura da especialidade. O ritmo do texto é bastante rápido, os aspectos abordados são numerosos e tratados no essencial, pondo os Autores de parte considerações redundantes.

Os dois primeiros capítulos são preenchidos pelo tratamento de «*Basic Principles 1 — Student and Teacher*» e «*Basic Principles 2 — Language and Language Learning*». Embora Lewis & Hill não lhes chamem assim, os capítulos 3 e 4 também tratam de princípios básicos, como, aliás, se depreende dos próprios títulos: «*Classroom Management and Tips*» e «*Preparation*». Os capítulos 5 a 11, inclusive, são dedicados a «*Techniques*» aplicáveis ao tratamento da audição, da oralidade, da estrutura, da correcção, do vocabulário, dos textos e da conversação. O último capítulo, o décimo segundo, é preenchido pelos conselhos dos Autores quanto àquilo que consideram tratamento adequado de «*Some misunderstood language points*», a que outros autores chamam «trouble points», na aprendizagem da língua inglesa.

Em conclusão diremos que se trata de um livro útil, de leitura fácil e agradável, cheio de sugestões aproveitáveis pelo professor comum que se preocupe com a constante actualização dos seus conhecimentos e da sua actuação na sala de aula. A obra é tanto mais útil para aquele professor que, independente de posições radicais, adopte uma posição eclética como abordagem ao ensino das línguas. Apenas para o professor que julgue saber tudo sobre a complexa problemática da didáctica das línguas vivas estrangeiras *Practical Techniques for Language Teaching* será um livro sem interesse...

Maio de 1987

M. Gomes da Torre

Movendo-se globalmente no âmbito do estudo das práticas culturais nas sociedades de Antigo Regime, em França, Roger Chartier tem vindo a privilegiar os domínios da História da educação (*UEducation en France du XVI^e au XVII^e siècle* en collaboration avec Dominique Julia et Marie-Madeleine Com-père, Paris, Sedes, 1976) e muito particularmente da História do livro e das práticas de escrita e de leitura, através, respectivamente, da responsabilidade partilhada com Henri-Jean Martin na notável obra que é a *Histoire de l'Édition Française* (Paris, Promodis, T. 1-1982, T. 11-1984, T. III-1985 e T.4V-1986), da direcção de *Pratiques de la lecture* (Marseiile, Rivages, 1985), «Pratiques de l'écrit», artigo incluído em *Histoire de la Vie privée* (sous la direction de Philippe Aries et George Duby), tome III, *De la Renaissance, aux Lumières* (volume dirige par Roger Chartier), Paris, ed. du Seuil, 1986, pp. 113-162) e ainda 4o recente trabalho *Les Usages de l'Imprimé* (sous la direction de Roger Chartier. Paris, Fayard, 1987).

Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime recupera, precisamente, três dos trabalhos publicados em *Histoire de l'Édition Française* — «Stratégies éditoriales et lectures populaires (1530-1660)» — T.I, *Le Livre Conquérant. Du Moyen-Âge au milieu du XVII^e siècle*, Paris, Promodis, 1982, pp. 585-603, «Du livre au lire: les pratiques citadines de l'imprimé (1660-1780)»—Tomo II, *Le livre triomphant. 1660-1830*, Paris, Promodis, 1984, pp. 402-429 e «Les livres bleus» T.II, pp. 498-511 — acrescentando-lhe um conjunto de ensaios, fruto de uma colaboração dispersa por revistas como *Diogène* «Discipline et invention: la fête», *Diogène*, n.º 110, 1980, pp. 51-71, *Annales* («Normes et conduites: les arts de mourir (1540-1600)»—*Annales ESC*, 1976, pp. 51-75), *Dix-Huitième Siècle* («Représentations et pratiques: lectures paysannes au XVIII^e siècle», *Dix-Huitième Siècle*, n.º 18, 1986, pp. 45-64). As duas contribuições restantes «Distinction et divulgation: la civilité et ses livres» e «Figures littéraires et expériences sociales: la littérature de la gueuserie dans la Biblio-thèque bleue» foram respectivamente publicadas em *Lexicon Politish — Sozialer Grundbegriffe in Frankreich*, dir. por K. Keichardt e E. Schmitt, Munich-Vienna, Oldenbourg, Heft 4, 1986, pp. 1-44 e *Figures de la gueuserie*. Paris, Montalba, 1982, pp. 11-106.

Postulando que em França as normas e as práticas culturais se alteram de forma notável entre o séc. XVI e XVIII, transformando profundamente as maneiras de viver e de morrer e as formas de ser em sociedade, e assinalando ao «impresso» um lugar central nesta mutação, este conjunto de ensaios procura

situar-se no lugar da convergência de duas histórias: a das maneiras de ler e a dos objectos lidos. Nesta tentativa de iluminar a trajectória cultural da França de Antigo Regime, os quatro primeiros trabalhos privilegiam a relação textos/comportamentos, enquanto os restantes se inscrevem no âmbito das práticas de leitura.

Fundamentais, desde logo, as considerações formuladas na introdução. Questionando, por um lado, a noção «cultura popular» e a diferença que a dicotomia «cultura popular/cultura erudita» pressupõe e, por outro, a separação larga e longamente aceite entre as formas orais e gestuais de uma cultura dita tradicional e folclórica e o impacto da progressiva penetração do escrito, o A. organiza um conjunto de reflexões tendentes a explicitar o fio de coerência —aliás perfeitamente inteligível— entre os vários ensaios. Deste modo, colocando como objectivo prioritário o estudo das múltiplas clivagens culturais que atravessam a sociedade francesa de Antigo Regime, R. Chartier propõe, face à identificação de certa forma unívoca da «cultura popular», frequentemente caracterizada por defeito em função da cultura erudita (p. 9), uma orientação metodologicamente privilegiadora da pesquisa de cruzamento e tensões já que «aujourd'hui, en effet, les différences culturelles des sociétés anciennes ne peuvent plus être organisées par la seule opposition entre populaire et savant». Considerando que a história social trabalhou durante muito tempo na base de uma definição redutora do social, esquecendo a pertinência de outras diferenças criadas pelo sexo, pelo território, pela religião, este livro concede uma clara preferência «à Pinventaire des matériaux communs à toute une société (les rituels festifs, les codes de civilité, les imprimes de grande circulation) et à la diversité des pratiques qui s'ensaisissent— une diversité qui ne se laisse pas enfermer par le seul contraste entre ce qui serait populaire et ce qui ne le serait pas» (p. 10).

A noção «apropriação diferencial» (p. 12) — talvez a mais importante contribuição teórica aduzida — permite, como olhar globalmente mais complexo sobre as práticas culturais, abordar, ganhando em rigor, a circulação naturalmente fluida de objectos e modelos culturais, evitando a simples correspondência nível social/horizonte cultural. Parece seguramente mais preciso falar em apropriações diferenciais de normas, códigos, objectos que em objectos culturais simplesmente designados como «populares».

Outros aspectos, no entanto, merecem a atenção do leitor. A necessidade de matizar a periodização clássica que aponta 1600 como marco a privilegiar, no sentido em que a I.^a metade do século XVII se considera regularmente como o lugar da dupla acção do Estado absolutista e da Igreja Católica, na senda de um certo recalçamento de uma antiga cultura do povo, prolonga a preocupação—constantemente manifestada pelo A. — em evitar abordagens redutoras. Assim, a esta separação dita demasiado abrupta, preferem-se sequencialmente modelos de compreensão que, em conjunto, traduzam as continuidades e as diferenças. A pesquisa incessante do rigor duplamente inscrito no quadro teórico e na orientação metodológica revela-se ainda na precisão da noção de cultura «... qu'il soit donc clair qu'il n'est pas entendu ici dans le sens que lui a généralement donné l'histoire française, désignant comme

RECENSÕES

culturel un domaine particulier de productions et de pratiques, supposé distinct d'autres niveaux, ceux de l'économique ou du social. La culture n'est pas au-dessus ou à côté des rapports économiques et sociaux, et il n'est pas de pratique qui ne s'articule sur les représentations par lesquelles les individus construisent le sens de leur existence — un sens inscrit dans les mots, les gestes, les rites. C'est pourquoi les mécanismes qui règlent le fonctionnement social, les structures qui déterminent les relations entre les individus sont à comprendre comme le résultat, toujours instable, toujours conflictuel, des rapports instables entre les perceptions affrontés du monde social. On ne saurait donc contourner dans leur seule finalité matérielle ou leurs seuls effets sociaux les pratiques qui organisent les activités économiques et tissent les liens entre les individus: toutes sont en même temps «culturelles» puisqu'elles traduisent en actes les manières plurielles dont les hommes donnent signification au monde qui est le leur. Donc, toute histoire, qu'elle se dise économique ou sociale ou religieuse, exige l'étude des systèmes de représentation et des actes qu'ils génèrent. Par là, elle est culturelle».

No sentido das reflexões desenvolvidas pelo A. ao longo da introdução

— ainda que, como ele próprio afirma «les réflexions avancées... sont plus le fruit de cas que l'on va lire que le programme qui les aurait guidées, *a priori*, en toute cohérence. Il se fait donc qu'ici ou là l'analyse concrète oublie la précaution de méthode ou que fassent retour, subrepticement, des manières de penser la culture, populaire ou non, que justement cet avant-propos questionne» — os três ensaios «Discipline et invention: la fête»(pp. 23-44), «Distinction et divulgation: la civilité et ses livres» (pp. 45-86), «Normes et conduits: les arts de mourir (1450-1600)» (pp. 125-164) escoram-se na necessidade de postular modelos de compreensão globalmente tradutores de continuidades e diferenças, no sentido do cruzamento de dinâmicas culturais múltiplas.

Assim, ainda que se tenham como fundamentais os estudos sobre as taxas de alfabetização e os inventários de bibliotecas — amplamente documentados por uma bibliografia de extrema actualidade — aponta-se, com pertinência, que o acesso ao impresso não deve ser reduzido à simples propriedade do livro, já que nem todo o livro lido é necessariamente possuído nem todo o impresso é necessariamente um livro.

A festa («Discipline et invention: la fête», pp. 23-44) surge precisamente como um dos lugares da inscrição do escrito numa cultura analfabeta, pois que

— como se refere de forma explícita— a mediação da palavra que o lê ou a imagem que o duplica o tornam acessível àqueles que não poderiam virtualmente decifrá-lo. Da mesma forma que disciplina e invenção se estruturam como categorias susceptíveis de esclarecer os cruzamentos e as tensões de duas dinâmicas culturais—uma cultura geralmente designada como popular ou folclórica e as culturas ditas dominantes — assim distinção e invenção se utilizam como vectores mais relevantes na busca da compreensão das formas de circulação de objectos ou modelos culturais, que, tal como a civilidade e os seus livros, supõem processos de imitação ou de vulgarização onde a apropriação ou a inculcação são frequentemente produtoras da valorização de outras formas, tendentes à instituição da diferença. Partindo de um conjunto de definições

presentes em dicionários (Richelet —1680, Furetière — 1690, Dictionnaire de l'Académie —1694), o A. estuda o percurso da noção de civilidade, no caminho de certa forma aberto por Nobeit Elias na já clássica *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*, (1939; Frankfurt, Suhrkamp, 1978, Erster Band, pp. 89-109, tradução francesa *La Civilisation des Moeurs*, Paris, Calmann — Levy, 1973)—desde Erasmo («Retour en arrière. Un premier héritage: la civilité selon Erasme») até 1800-1820 («1800-1820: civilités populaires, convenances bourgeoises»).

O estudo das *artes moriendi* («Normes et conduites: les arts de mourir») ainda que não esqueçam em momento algum as contribuições de historiadores do sentimento religioso, das mentalidades e mesmo da arte ou do livro — constatação que a bibliografia aduzida torna por demais evidente —, permite mostrar como certos dispositivos textuais funcionam pedagogicamente fornecendo enquadramentos para pensar — e por que não viver? — a morte.

As questões referentes à Bibliothèque Bleue ocupam neste conjunto de trabalhos lugar relevante. Na medida em que a cultura popular tem sido regularmente referenciada nesses textos, vistos como um dos sustentáculos legitimadores da sua oposição à cultura erudita, não surpreende que o A. lhe tenha concedido uma importância assinalável. Com efeito, «Stratégies éditoriales et lectures populaires, 1530-1660» (pp. 87-124), «Représentations et pratiques: lectures paysannes au XVIII^e siècle» (pp. 23-244), «Les livres bleus» (pp. 247-270) e «Figures littéraires et expériences sociales: la littérature de la gueuserie dans la Bibliothèque Bleue» (pp. 271-351) demonstram, sempre apoiados numa bibliografia frequentemente privilegiadora de dados estatísticos, mas também do estudo minucioso e preciso de cada caso específico, que todos (ou quase todos) os textos da Bibliothèque Bleue têm uma origem letrada e erudita, sejam eles livros de devoção, romances de cavalaria ou contos de fadas...

Desmontam-se os mecanismos da «lisibilidade», pois que os textos sofrem adaptações no sentido de atingirem leitores não familiarizados com o livro. Deste modo, em vez de um *corpus* cuja homogeneidade costuma ser, de certa forma, pressuposta, este conjunto de trabalhos propõe que a Bibliothèque Bleue se defina predominantemente como uma fórmula editorial, distinguindo-se («Figures littéraires et expériences sociales: la littérature de la gueuserie dans la Bibliothèque Bleue» (pp. 271-351), com assinalável nitidez, a história dos textos da história das edições.

«Du livre au lire: les pratiques citadines de l'imprimé (1660-170)» (pp. 165-221) traça um amplo e rigoroso quadro que desde a posse do livro (p. 166), dos móveis e bibliotecas (p. 180), gabinetes de leitura (p. 190), aluguer de livros (p. 194) se prolonga pelo estudo de diferenciadas práticas de leitura: «Les traditions de lecture» (p. 203), «Du côté des elites: lire en société» (p. 207), «Diffusion de l'imprimé, différenciation des lecteurs» (p. 213). Da leitura silenciosa instauradora de uma mais secreta relação com o escrito à leitura em voz alta, a consideração de um gesto individual ou colectivo, mas nunca invariante.

Este conjunto de ensaios procura, assim, privilegiando dispositivos textuais particulares e estudando práticas de leitura, equacionar a questão fundamental das profundas transformações da sociedade francesa de Antigo

NOTÍCIAS

Regime. Inscrever o impresso no núcleo de tais mutações significa ter em conta não só leituras pessoais mas também os seus usos festivos, cívicos, pedagógicos... Significa ainda considerar o acesso que os não alfabetizados têm ao escrito por intermédio da leitura em voz alta... Significa, finalmente, considerar em termos de apropriação plural, os usos múltiplos que o período decorrente entre os séculos XV e XVIII faz do impresso.

Por tudo isto, pela importância dos estudos recolhidos, pelo rigor bibliográfico, pela fundamentação teórica e orientação metodológica, nos parece poder assegurar que seja qual for o caminho da leitura escolhido — sequencial ou não — «le lecteur n'aura pas regret du parcours» (p. 19).

Zulmira C. Santos

Partindo da hipótese de que, na Espanha dos séculos XVI e XVII, as mulheres opuseram uma resistência surda aos homens que, à sua volta, detinham o poder, Mariló Vigil tenta, ao longo do seu livro, ir sublinhando, através de uma confrontação de aspectos comuns de diferentes obras moralistas espanholas — ou que circularam em traduções espanholas — desse período, a intervenção e acção que as mulheres foram tendo, ou tentando ter, na sociedade da época.

Colocando-se desde um ponto de vista sociológico, a autora propôs-se pesquisar nessas obras todos os elementos que pudessem indiciar as atitudes e comportamentos das mulheres na sua vida quotidiana. Baseia-se, portanto, para o estudo daquilo a que chama «vida cotidiana de las mujeres en los siglos XVI y XVII» (p. 3), não só em obras que, neste período, foram expressamente dirigidas ao «grupo feminino», mas também nas obras de carácter «religioso» e doutrinário que contêm conselhos morais e práticos sobre a vida em sociedade e sobre o governo da casa ou, no caso da monja, sobre a vida moral e religiosa.

Para a estruturação do seu trabalho optou por uma ordem que, no referido período, e contrariamente ao que preconizaram alguns autores medievais, era a mais frequente: «...en los siglos XVI y XVII, los libros de doctrina destinados a mujeres incluían normalmente cuatro estados: doncella, casada, viuda y monja» (p. 11). Aceita esta ordem porque, na sua perspectiva, «...dividir a las mujeres — particularmente a las de entonces — en solteras, casadas, viudas y monjas es más significativo que dividirías en esposas o hijas de nobles, letrados, comerciantes, soldados, campesinos, etc. Porque las relaciones de poder a las que están sometidas todas las mujeres se derivan, en primer lugar, de sus posiciones en la familia. Ser prisioneras de lo doméstico es lo que une a todas ellas» (p. 17). Esta afirmação, só por si, indica a preferência que a autora dará ao estudo das perspectivas sobre a mulher casada — em grande medida porque as obras em que se baseia também lhe dedicam maior atenção, dada a importância social e moral das mesmas.

Desta forma, a autora pretende estudar a situação da mulher na Espanha do «Siglo de Oro» interrogando as obras que abordam este assunto, escritas por autores moralistas desse período: Vives (através da tradução castelhana da *Institutio Foeminae Christianae* por Juan Justiniano), Fr. Francisco de Osuna, Fray Luis de León, Fr. António de Camos, Juan de La Cerda, Vicente Mexia, Alonso de Andrade, entre outros — em busca de elementos para a compreensão não só das doutrinas para o comportamento da donzela, da casada, da viúva

MARIA DE LURDES FERNANDES

e da monja, mas também da sua situação «real» na sociedade de então, uma vez que «estos escritos proporcionan bastantes datos sobre las desviaciones que surgían en la realidad» (p. 17).

Apesar de ser este último aspecto — o da «realidade»—o objectivo principal do trabalho de Mariló Vigil, poucos passos ela deu além do primeiro aspecto — o das doutrinas morais. Daí que o seu trabalho, apesar de sugerir pistas que seria de interesse explorar e de utilizar muitas referências textuais, contenha bastantes repetições e pouco tenha conseguido concluir para além da visão dos moralistas, visível na afirmação de que partiu: «La moral eclesiástica dei siglo XV defendia un modelo de estratificación social según el cual a las mujeres correspondia efectuar funciones de apoyo afectivo ai varón dentro de la familia, de producción doméstica y de reproducción biológica, todo ello bajo la supervisión de una indiscutible autoridad masculina» (p. 17) — para chegar à conclusão, especialmente válida para a mulher casada, de que «los moralistas proponían un modelo de inserción de las mujeres en la estructura familiar, según el cual ellas debían cumplir funciones de apoyo afectivo a los hombres, producción doméstica y una cierta atención a los niños» (p. 154).

O mesmo sucede em relação à donzela, à viúva e mesmo à monja: a tentativa de compreensão da sua «real» situação — especialmente da sua capacidade de intervenção, de acção e de decisão — pouco mais além vai do que aquilo que os moralistas deixaram entrever, não propriamente no modelo que propunham, mas nas críticas e observações que foram fazendo aos desvios que se verificavam: «Pêro tanta literatura sobre la necesidad de la obediência femenina, puede indicar que la actitud de muchas mujeres no era de modesto acatamiento» (p. 98). Ou ainda, «[a]través de Osuna, Luxán, Guevara, Mexia ... observamos que en el siglo XVI hubo entre las mujeres un cierto ambiente de subversión» (p. 99).

Desta forma, todas as conclusões do seu estudo apontam para a confirmação, não propriamente do que era a vida quotidiana das mulheres — «urbanas o burguesas», objecto de uma «ideologia masculina emergente» (p. 16) — neste período, mas para a imagem que estes autores deram do que a mesma era e, sobretudo, do que queriam que fosse.

Mariló Vigil, optando por seguir uma ordem e uma estratificação de origem doutrinária e moralista ficou, conseqüentemente, prisioneira da mesma. Dispondo de muito poucos elementos— esses encontrados em outra bibliografia— que fornecessem dados concretos em relação à verdadeira situação da mulher na sociedade, não como «estado», mas fundamentalmente inserida no seu nível social e com funções específicas, a autora não conseguiu obter todos os resultados que se propunha. Deu-nos, em alguns momentos, interessantes sugestões através da comparação entre as diferentes obras, embora, por vezes, não tenha tido em conta as diferenças de perspectiva entre as mesmas. Em outros momentos, limitou-se a resumir e transcrever algumas passagens dessas obras, omitindo referências às características e finalidades das mesmas, deixando, desta forma, de lado algumas precauções metodológicas para uma correcta utilização desse tipo de fontes. Conseqüentemente, não pôde evitar repetir-se frequentemente — porque os textos também o fazem — tirando pouco proveito de algumas advertências que fizera no início em relação à utilização de obras

RECENSÕES

doutrinárias. Assim, a interessante proposta de trabalho e investigação feita pela autora não parece ter sido conseguida.

No fundo, as grandes questões metodológicas que suscita uma investigação deste tipo mantêm-se:

- Como estudar e compreender as obras moralistas e doutrinárias de um determinado período?
- Como utilizá-las para o estudo da sociedade e cultura da época em que se inserem?
- Poder-se-á fazer essa utilização sem antes se compreenderem não só as suas características de obras literárias mas também, ou sobretudo, as suas relações com obras do mesmo tipo, a sua finalidade— enquanto obras de carácter «religioso» —, a sua inserção num contexto de diferentes correntes de espiritualidade?

Uma questão básica parece dever nortear um estudo com estes objectivos: Qual a dimensão e alcance social — se o tem — das obras utilizadas, que o mesmo é dizer, qual o público que pretendem atingir e influenciar?

Maria de Lurdes Fernandes

ISALTINA DAS DORES FIGUEIREDO MARTINS — *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, Col. «Textos Humanísticos Portugueses—3», Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1986, 273 pp.

Um dos problemas que mais preocupam a investigação científica reside na necessidade de organizar a recolha sistemática dos dados e a informação que a partir dela deve ser facultada aos utilizadores. E esta realidade tanto se verifica no domínio das ciências da cultura, da linguística e da literatura como nas especulativas ou de aplicação prática e técnica mais imediata. A listagem de vocabulários, a elaboração de tábuas de correspondência, a sistematização de referências e de correspondências textuais, a própria fixação dos critérios de identificação bibliográfica têm constituído, de parceria com outras questões também importantes — como classificação dos saberes, organização documental e bibliográfica — problemas centrais do trabalho intelectual especializado desde os tempos medievais, pois não podemos esquecer que a Idade Média nos legou (em parte por exploração de iniciativas herdadas da Antiguidade) pontos de partida importantes no domínio da sistematização e da organização dos conhecimentos.

Hoje, porém, estas questões assumem uma acuidade insuspeitada há algumas dezenas de anos atrás. A tecnologia mais recente coloca à disposição da investigação auxiliares instrumentais e lógicos que abrem hipóteses de trabalho inéditas, mas que impõem, por sua vez, tarefas preparatórias indispensáveis e complexas; as facilidades que a informática oferece só emergem após um enorme e demorado trabalho de recolha de dados, sem a qual os benefícios serão inexistentes.

A bibliografia, seja ou não entendida ao mesmo tempo como ciência, como técnica ou como arte, está hoje cada vez mais relacionada com a problemática esboçada rapidamente nas linhas anteriores. Mas na sua já secular história está intimamente dependente da existência da literatura e da ciência literária (porque também há uma ciência da literatura). Os termos *literatura* e *literário* estão aqui utilizados no sentido forte, reportados ao discurso fixado, transmitido e quase sempre criado por meio da *littera*, sinal gráfico que concede à obra de arte literária, como produto da capacidade poética do homem, um dos seus elementos caracterizadores fundamentais: a possibilidade de reutilização independente das circunstâncias temporais e de lugar. Quer isto dizer que, não esquecendo que o material com que se dá forma à obra literária é o linguístico, a sua fixação e disponibilidade de reutilização dependem, pelo menos na tradição europeia, maioritariamente da transmissão

escrita do texto. Daí a relação umbilical entre a bibliografia e o livro, como objecto-suporte do código dos sinais gráficos que para o leitor (mais do que para o ouvinte) concretizam o texto e muitas vezes identificam a obra em si mesma. Não pretendemos com isto sugerir que se deva excluir do domínio da bibliografia de uma forma absoluta o manuscrito, como pretenderam alguns, mas unicamente colocar à cabeça da apreciação presente a perspectiva de que o livro impresso, pela sua existência histórica e progressiva acumulação quantitativa, veio provocar o aparecimento de ciências e de técnicas (e também de artes, como a bibliofilia) relacionadas com realidades tão diferentes mas igualmente tão profundamente complexas como a recolha e conservação dos livros nas bibliotecas e a correspondente prestação ao público utilizador dos serviços inerentes à sua existência, tais como a organização de repertórios especializados que constituem elemento determinante da capacidade e da eficácia da actividade investigadora no domínio científico. O levantamento de repertórios bibliográficos, bem como a expansão e aperfeiçoamento dos inventários das bibliotecas e dos arquivos constituem, por conseguinte, factores de incidência fundamental na produtividade e na gestão dos meios materiais postos à disposição dos investigadores.

A Bibliografia não consitui uma ciência especulativa e talvez por isso não tenha merecido, pelo menos nas Universidades europeias não anglo-saxónicas, honras especiais de disciplina independente, ainda que, na perspectiva de «bibliografia geral», implique a reflexão sobre os princípios, critérios, metodologias e objectivos por que deve nortear-se a organização dos reportórios bibliográficos. E, no entanto, são as Universidades e os seus centros de investigação quem, particularmente na área das ciências ditas humanas, mais necessidade e interesse tem de manifestar face às bibliografias. Não é, por conseguinte, indiferente que a presente *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI* nos surja de um Centro universitário de investigação que, desde há anos, se vem dedicando aos estudos sobre o Humanismo português.

Um repertório bibliográfico, na medida em que delimita um conjunto material, define uma área temática ou conceitual. No caso em apreço, o título indicia que se pretendeu reunir «apenas estudos sobre o Humanismo em Portugal no século XVI, incluindo embora, por vezes, autores e obras do século XV, pela sua importância como iniciadores do interesse pelas línguas e literaturas clássicas», conforme a Autora escreve na «Nota prévia». «Bibliografia do Humanismo» não é, portanto, a mesma coisa que uma «bibliografia humanista», que poderia vir a traduzir-se no levantamento das produções dos humanistas portugueses no séc. XVI e que, de algum modo, se poderá suprir através dos dois volumes da *Bibliografia Geral Portuguesa* (Séc. XV) e da *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, de António Joaquim Anselmo. Por isso, «as obras dos próprios humanistas» não foram consideradas para a presente *Bibliografia*, «mas somente estudos, aparecidos até ao ano de 1984» (p. 7). Não há que discutir o critério, se bem que nem tudo sejam estudos (cf. n.º 122).

Distinta deve ser, no entanto, a nossa atitude perante a relação entre o conceito de *humanismo* referido no título da obra e o conteúdo respectivo. Efectivamente, ao leitor que percorrer o índice e as 3314 entradas que preenchem o espaço deste volume depara-se a questão fundamental de saber

RECENSÕES

com que conceito *humanismo* se trabalha nesta obra. Quanto ao âmbito cronológico, esse encontra-se definido no próprio título: o período correspondente ao século XVI. Mas quanto ao conteúdo semântico do termo *humanismo*, a que significado se reporta a Autora?

O assunto não vem abordado na «Nota prévia» e talvez devesse tê-lo sido, em nosso entender. É que, tal como o título está apresentado ao leitor, pode sugerir-se a ideia de que o Humanismo foi algo de constantemente homogêneo ao longo dos cem anos do século; mais do que isso: a inclusão de uma tão larga faixa de autores sob o rótulo de *humanistas* pode criar a sensação de que o Humanismo ocupou toda a área da produção literária culta quinhentista, o que não é, naturalmente, exacto.

Por outro lado, indicar sumariamente como traço-padrão do Humanismo e dos humanistas o «interesse pelas línguas e literaturas clássicas» não constitui modo preciso de caracterizar o movimento e os seus agentes, nem de iluminar muito claramente os seus objectivos, interesses e referentes. O *humanismo* que, no terminar do séc. XV, Cataldo Sículo traz para a corte portuguesa veiculava um interesse pelos autores clássicos distinto daquele que manifestará cerca de oitenta anos mais tarde Frei Heitor Pinto e daquele que, cerca de meio século antes, havia motivado as traduções do Infante D. Pedro e do Dr. Vasco Fernandes de Lucena. O interesse pelas línguas e as literaturas antigas existiu também no período medieval, com ênfases diversas, sem que os *humanismos* medievais possam ser equiparados àquele que, no contexto histórico-político italiano, alguns eruditos, secretários e homens de leis, desencadeiam na passagem do séc. XIV para o séc. XV. Favorecia-se então a perspectiva retórica e gramatical, profundamente literária, do *humanismo* (mas o termo não havia ainda sido forjado...), valorizava-se a concepção *eloquente* do homem, com toda a fileira de consequências no campo da defesa das formas artísticas do discurso linguístico, desde a oratória à poesia, bem como se abriam perspectivas, depois avidamente exploradas, para a concepção da retórica face à dialéctica. E este conflito entre as duas «artes» foi, em muitos aspectos e em muitos autores, determinante da própria natureza do *humanismo* então praticado. É que a defesa da supremacia e maior utilidade humana da retórica sobre a dialéctica — que se havia de tornar lugar comum das polémicas humanistas — traduzia a pressão exercida pelas potencialidades oferecidas pelo discurso literário culto e escrito sobre a linguagem, tecnicamente racionalista, da dialéctica. A retórica postulava a necessidade do recurso à experiência humana, sintonizada no sujeito da enunciação ou, como parecia mais seguro e convincente, nas experiências e ensinamentos oferecidos pelos escritos dos autores antigos (com a vantagem de estes traduzirem uma visão «mais humana» da vida social, porque ainda não determinada pelas coordenadas cristãs). A retórica apelava, deste modo, à participação da experiência da vida humana no campo do literário e, para tal, recorria à intertextualidade, à imitação e à alusão a toda uma literatura que podia fornecer um código de valores e de modelos muito mais estável do que a diversidade de códigos que caracterizara o período medieval. Por isso o latim como língua dos humanistas; mas também por isso a utilização que estes fizeram da imprensa; e ainda por isso as querelas sobre o ciceronianismo; igualmente por isso a filologia, a valorização da crítica literária, da poética inclusivamente sobre a retórica; mas ainda por isso, o impulso dado à valori-

zação literária das línguas vulgares. No fundo, a ênfase concedida à «sacralidade da palavra» que Vittore Branca aponta em Poliziano.

Todos os autores referidos na presente bibliografia são caracterizáveis em função destas perspectivas? Evidentemente que não. Gil Vicente, por exemplo, é *humanista* como João de Barros? Ambos sabiam latim, (mas não escreveram em latim...); mas existirá em Gil Vicente, apesar de contemporâneo de Cataldo na corte portuguesa, uma perspetivação doutrinária propriamente *humanista*, no sentido de veicular uma mensagem cujo conteúdo impusesse ao leitor (ao espectador) o apelo a uma competência cultural adquirida na leitura dos autores clássicos? E em rigor poderemos considerar Sá de Miranda, ou até mesmo Luís de Camões, como *humanistas*? Não restam dúvidas de que os dois poetas vivem de referências literárias e culturais situadas no domínio dos interesses «pelos línguas e literaturas clássicas». Mas nem tudo neles depende disso; o petrarquismo reflectido pelo *Canzoniere* e pelos seus ressurgidores italianos no final do séc. XV não decorre da visão humanista sobre a natureza falante e eloquente do homem.

Vistas as coisas por este ângulo, somos levados a estabelecer também algumas reservas a capítulos como «Direito e Política», «Ciências», «Medicina», «Economia» e quase nos atreveríamos a acrescentar «Filosofia». Não se põe em dúvida que estas «ciências» tiraram largo proveito do trabalho dos humanistas sobre os textos antigos, nomeadamente através das edições dos textos, esclarecimentos críticos e até traduções, o que, por sua vez, provocou uma alteração importante nas *autoridades* seguidas pelos estudiosos desses saberes. Mas será isso suficiente para se falar de *humanismo*? Por exemplo, um jurista como Manuel da Costa (n.º 2021), terá sido *humanista* por causa dos seus comentários de ciência jurídica (e política) ou pela *Oratio funebris* nas exéquias feitas em Coimbra pela morte de D. João III? E uma *oratio funebris*, na linha do *planctus*, é, de sua própria existência, motivo para a classificação citada?

Mas não devemos esquecer ainda uma outra faceta da questão. O Humanismo conheceu diversos momentos e fases ao longo dos tempos. Em 1945, num artigo célebre, Augustin Renaudet escrevia: «On pourrait donc, sous le nom d'humanisme, définir une doctrine qui, orientée à la fois vers l'étude et vers la vie, refuse d'abaisser la valeur de l'homme et de son oeuvre, de n'en admettre qu'une idée volontairement humble, de ne reconnaître dans la nature humaine que faiblesse et misère; exalte, au contraire, la grandeur du génie humain, la puissance de ses créations dans les sciences, dans l'art, dans la vie morale, oppose sa force à la force brute de la matière dont il saisit les lois». Não se trata de uma definição de *humanismo*, mas da enumeração de coordenadas delimitadoras do seu campo semântico; no seu interior é predominante o vector da *dignitas hominis*.

Ora uma coisa é a *dignidade humana* equacionada a partir dos pontos de vista dos ambientes cortesões (a definição do cortesão como homem culto e civilizado é inseparável do *humanismo*), outra, já diferente, é a utilização dos padrões e ingredientes dessa *dignitas hominis* fundada nas *humaniores litterae* e nos *studia humanitatis* que as instituições pedagógicas criadas na dependência dos grandes monarcas europeus irão propor, mais tarde, a alguns sectores sociais e de acordo com um figurino que já não corresponde exactamente ao cortesão nem ao humanista de algumas décadas atrás.

RECENSÕES

As linhas precedentes não se destinam (seria injusto) a desvalorizar o trabalho da Autora desta *Bibliografia do Humanismo em Portugal no século XVI*; o intuito que procuraram transmitir foi evidenciar como a bibliografia é uma actividade mais complexa do que a simples listagem de entradas pode sugerir ao público menos informado, na medida em que, para além das tarefas demoradas e pacientes que impõe, implica considerações de critérios, de metodologias e de opinião sobre conceitos nem sempre definitivamente problematizados.

Não pretendemos alargar esta apreciação; salientamos a honestidade com que a Autora apresenta o seu trabalho na «Nota prévia», reconhecendo antecipadamente as limitações de que é portador (note-se que se trata de trabalho pioneiro, num meio que, como o português, não abunda em iniciativas deste género). Não seria difícil apontar lacunas, mas correríamos o risco de não sermos exaustivos perante uma obra que não pretendeu ser exaustiva. Do ponto de vista bibliográfico, lamentamos alguma flutuação de critérios, por exemplo no que diz respeito à indicação das instituições editoras, umas vezes referidas, outras não; ou então o recurso a edições antigas quando outras mais recentes existem, sem que sejam citadas (assim acontece com os *Études sur lá Portugal au temps de VHumanisme*, de Mareei Bataillon, de que nunca é referida a 2.^a ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974). Mais grave nos parece ser por exemplo a flutuação que envolve a referência ao *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, assim referenciado na Lista da p. 9, mas depois citado como *Bulletin des études portugaises*, sem referência à série, e no n.º 2053 citado em português «*Boletim de Estudos Portuguesas*».

O que atrás deixámos escrito patenteia o interesse que uma obra desta natureza deve merecer da parte dos estudiosos sobre o Humanismo em Portugal no Século XVI. O trabalho passará certamente a constituir ponto de referência para a investigação que se debruça sobre esta matéria. Que a Autora veja nesta apreciação o estímulo interessado de quem já encontrou nas páginas do seu trabalho informação preciosa.

Jorge A. Osório

PJERRE BLASCO — *Les Chansons de Pêro Garcia Burgalês*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 343 pp.

Com a publicação de *Les Chansons de Pêro Garcia Burgalês*, sendo a introdução, edição crítica dos textos, notas e glossário da autoria de Pierre Blasco, colocou a Fundação Calouste Gulbenkian, por intermédio do seu Centro Cultural Português de Paris, à disposição do leitor português, em especial do estudioso da poesia galego-portuguesa, mais um precioso instrumento de trabalho, prossequindo uma tarefa editorial que havia já conhecido pontos altos com a publicação de valiosos e imprescindíveis estudos de Jean-Marie d'Heur, Celso Cunha ou Luciana Stegagno Picchio.

Não sendo ainda, no aparato crítico e... interpretativo que acompanha os textos do trovador medieval, obra escrita em português, esta iniciativa reveste-se, contudo, de um significado especial, sobretudo quando se adverte que o imenso labor filológico voltado para a edição dos cancioneiros individuais dos trovadores e jograis galego-portugueses, encetado sistematicamente nos anos sessenta sob o impulso da escola filológica italiana, não tinha até agora encontrado em Portugal o necessário eco editorial, com o que tal situação provocou de estagnação no domínio dos estudos de literatura medieval e de desmotivação do interesse que poderiam e deveriam despertar.

A presente edição do cancioneiro de Pêro Garcia Burgalês, colocada ao alcance do mercado nacional, vem, pois, dar um primeiro contributo para o preenchimento de um singular e entristecedor vazio, sendo de esperar que possa servir de incentivo para iniciativas idênticas levadas a cabo no nosso meio universitário, retomando assim uma tradição nos estudos medievais que parece ter caído num pouco edificante esquecimento.

Louvor, pois, mais do que merecido, para a benemérita
Fundação!

Com as suas cinquenta e três canções antologiadadas nos cancioneiros, Pêro Garcia Burgalês marca uma presença invejável no contexto trovadoresco galego-português e mais particularmente na corte alfonsina de Toledo, ou no período histórico culturalmente por esta dominado, ao qual inegavelmente pertence, como o editor claramente demonstrou sistematizando os dados biográficos e referenciais que vão ocorrendo ao longo dos textos.

Acresce ainda a particularidade destes se distribuírem pelos três grandes repositórios manuscritos chegados aos nossos dias, o que tornou, porventura, mais delicada a tarefa crítica do editor, já que é reconhecível que os hábitos grafemáticos do Cancioneiro da Ajuda se afastam significativamente dos que se verificam nos apógrafos tardios da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Vaticana. A prioridade concedida às lições do primeiro destes can-

cioneiros, nos casos de dupla transmissão de um mesmo texto, parece plenamente justificada, já que este remonta, sem dúvida, a uma fase mais próxima dos textos originais.

Do ponto de vista específico da crítica textual, para além de opções pontuais sempre passíveis de suscitar alternativas, demonstrou o editor uma segurança e um rigor incontestáveis, seguindo, aliás, os processos e os cuidados normalmente observados neste tipo de edições. Os critérios de Pierre Blasco são, porventura, «conservadores», fornecendo-nos textos com inegável fidelidade aos manuscritos, recusando qualquer tipo de modernização ou mesmo, frequentemente, de simples regularização.

Haverá talvez que lamentar não ter ainda a comunidade científica chegado a um consenso quanto aos critérios de transcrição e fixação crítica dos textos poéticos galego-portugueses, poupando ao leitor interessado o confronto frequente com formas por vezes bem diversas de uma mesma composição. Deste facto, porém, está o editor isento de responsabilidades, sendo, a nosso ver, legítimas as suas opções.

Se o trabalho de fixação crítica dos textos se mostra minucioso e tendo exaustivamente em conta os contributos fundamentais surgidos até à altura, nomeadamente as edições previamente existentes, já o aparato interpretativo, bem como o inventário dos aspectos pertinentes deste ponto de vista, se revelam afectados por critérios diversos. Ao contrário do que vem sendo habitual, o editor não forneceu uma paráfrase integral de cada poema, mas apenas algumas — não muitas! — elucidações parciais dos pontos que entendeu serem mais obscuros.

Do mesmo modo, não procedeu a um inventário exaustivo dos efeitos poéticos e usos retóricos mais correntes nas composições, limitando-se a classificar «les effets poétiques lorsqu'ils correspondent aux définitions de *YArt de Trouver* du ehansonnier Coloeei-Braneuti» (p. 56). Contudo, como restringiu a consideração desses efeitos poéticos apenas aos que, no seu ponto de vista, corresponderiam a opções deliberadas do trovador, sem especificar que critérios usou para apurar tão subjectivos desígnios, acabou por elaborar um inventário extremamente pobre e escasso face ao que vem sendo hábito encontrar neste tipo de edições.

Esses efeitos poéticos acabam, pois, por se reduzir a pouco mais do que o *dobre*, do qual o editor tem, disso, uma visão claramente minimalista, longe do entendimento que dele expôs, entre outros, Celso Ferreira da Cunha, no seu estudo sobre Paay Gomes Charinho.

Do ponto de vista do leitor, será ainda de lamentar a ausência de uma anotação sistemática das rimas usadas pelo poeta — é verdade que o método adoptado para a formalização do esquema éstrófico também não o facilita! — e, logo, de um índice de rimas que muito facilitaria a percepção da sua destreza formal. Todavia, mais incompreensível ainda se torna a ausência de um índice de primeiros versos, o que torna a tarefa do leitor verdadeiramente penosa quando confrontado com a necessidade de consultar uma composição determinada.

Por outro lado, se a integração dos textos nos vários géneros trovadorescos não apresenta problemas de maior, já que os manuscritos lhes reservaram uma colocação clara, não havendo mesmo notórios fenómenos de textos deslocados do compartimento que em princípio lhes estaria reservado, como tão frequente-

RECENSÕES

mente sucede com outros trovadores, já a distinção entre canções de «escárneo» e «mal dizer», levada a cabo pelo editor, seguindo o critério vetusto e ultrapassado da designação ou não das pessoas satiricamente visadas, não tem em conta os contributos críticos mais recentes sobre a questão, nomeadamente de Jean--Marie d'Heur na sua edição da *Arte de Trovar* do G.B.N., que acentuam a diferença entre os dois modos de «dizer mal» em função do uso ou não da figura do *equivoco*.

Não surpreende, por isso, que o editor não tenha feito referência às várias possibilidades de *equivoco* que ocorrem no sector satírico do cancionero do nosso poeta, particularmente abundantes no grupo de composições que têm por alvo o meirinho Fernão Dias.

Pierre Blasco, contudo, não se absteve totalmente de assumir a interpretação do cancionero de Pêro Garcia Buralês, sobretudo o sector «de amor», que, pelo seu peso numérico — trinta e seis textos—, relega para um plano secundário as duas modestas *cantigas de amigo* — a nosso ver, de feitura claramente alheia ao padrão do género no período alfonso —; o sector satírico de carácter anedótico e particularizante ou as duas *tenções*, a última das quais (B 1383 — V 991) enigmática e presumivelmente tendo como interlocutor do poeta uma régia personagem...

Com inegável vigor analítico e fôlego argumentativo, Pierre Blasco fez mais demoradamente incidir a sua atenção sobre um dos mais singulares problemas colocados pela temática das *cantigas d'amor* de Pêro Garcia Buralês, que é a enorme frequência e liberalidade que assumem as referências a assuntos religiosos, que culminam com textos de claro teor blasfematório, como sejam B 221 e B 223.

É convicção do editor que essas imprecações, invectivas e blasfémias não são mero formalismo literário — opinião outrora expressa por Rodrigues Lapa, no seu *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*—, mas revelariam antes uma intencionalidade mais profunda, de carácter claramente herético, que levaria a presumir ser o autor judeu converso... e apóstata!

Com efeito, embora a tese do judaísmo de Pêro Garcia Buralês seja apoiada por múltiplos argumentos, todos revelam uma natureza circunstancial sendo alguns até contraditórios. Como compreender, por exemplo, que, num contexto de defesa, por parte das monarquias ibéricas, contra as investidas apologéticas provindas de outras confissões religiosas, como a hebraica e a islâmica, que Blasco aponta como existindo já no séc. XIII peninsular, um texto como o B 223 fosse executado perante o público cortês, registado por escrito nos cancioneros e aí guardado para a posteridade, se a sua chave de entendimento apontasse para uma atitude deliberadamente provocatória anticristã e ainda para o judaísmo do seu autor?

Atendendo ao facto de a blasfémia, embora não com a truculência dos referidos textos do nosso trovador, ser uma prática mais do que episódica, sobretudo na corte de Toledo — lembremos apenas o desejo manifestado pelo fidalgo português Gil Peres Feijó ou Conde, de que o demónio roube Deus assim como Ele lhe roubou a Dona! (B 1527) ou ainda as recriminações dirigidas a Deus por Pêro da Ponte em alguns dos seus prantos—, é de crer não estarmos perante uma opção expressiva de carácter irredutivelmente individual e com implicações universais, mas apenas face a uma amostra do esbatimento

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

de fronteiras entre o interdito e o permitido que tão singularmente caracteriza a cultura cortês deste período.

As proposições de Pêro Garcia Buralês continham em si um potencial invegavelmente herético. No entanto, para que, na prática, fossem reconhecidas como tal seria necessário que o público a que se dirigiam assim as considerasse. Isso não parece ter ocorrido, do mesmo modo que a acusação de homicídio na pessoa do segrel Afonso Eanes do Coton, dirigida por Afonso X a Pêro (B 485 — V 68), não levou este último a julgamento público e a condenação! Neste como noutros domínios, a moral cortês tinha parâmetros específicos, cujo funcionamento é cada vez mais urgente investigar, que a tornavam fundamentalmente diferente da que orientava os comportamentos no conjunto da sociedade.

Não sendo, em nossa opinião, totalmente inviável tentar avaliar a dimensão biográfica que assumem certos textos trovadorescos — mesmo daqueles cuja referencialidade não é evidente—, é, contudo, necessário ter sempre em conta a estruturação específica da linguagem que neles ocorre e o funcionamento dos seus vários registos semânticos. No caso vertente torna-se visível que as imprecações e blasfémias do trovador ganham um sentido diverso quando equacionadas no seio do processo de desagregação emocional e intelectual provocado pela frustração da vivência amorosa, que aquele tão minuciosamente descreve, com especial incidência no processo de demência e de loucura daí resultante.

É, afinal, o próprio trovador quem afirma, na cantiga A 87 — B 191, que «... mingua de sen faz dizer / a orne o que non quer dizer» (vv. 29/30, p. 98), justificando, assim, as mais variadas expressões hiperbólicas capazes de dar corpo a essa loucura provocada por um intenso sofrimento, dentro das quais se enquadram mesmo as mais ousadas blasfémias. E que maior motivo de sofrimento se poderá achar do que a morte da dama, cuja responsabilidade se atribui a Deus?

É nossa convicção que Pierre Blasco, ao minimizar deliberadamente o problema da morte da dama — e é irrelevante, deste ponto de vista, saber se tem uma dimensão factual ou é um mero exercício temático—, com o seu explosivo potencial expressivo, que é o motivo directo das referidas imprecações tendencialmente heréticas, seguiu uma falsa pista que o levou a sobrevalorizar-lhes isoladamente a essência e, logicamente, a procurar-lhes o sentido no carácter judaizante do trovador, ultrapassando imprudentemente as condicionantes estéticas e morais da cultura cortês, fechada e minoritária, onde todo este drama, afinal, tem lugar.

José Carlos Ribeiro Miranda

